U.PORTO

MESTRADO
MULTIMÉDIA - ESPECIALIZAÇÃO EM CULTURA E ARTES

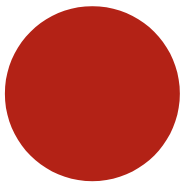
Curadoria e Memória na Era do Superarquivismo

Thiago de Oliveira Bührer

M
2021

FACULDADES PARTICIPANTES:

FACULDADE DE ENGENHARIA
FACULDADE DE BELAS ARTES
FACULDADE DE CIÊNCIAS
FACULDADE DE ECONOMIA
FACULDADE DE LETRAS



U.PORTO

Curadoria e Memória na Era do Superarquivismo

Thiago de Oliveira Bührer

Mestrado em Multimédia da Universidade do Porto

Orientador: Jorge Pereira

Co-orientador: Heitor Alvelos

Junho de 2021

© Thiago de Oliveira Bührer, 2021

Curadoria e Memória na Era do Superarquivismo

Thiago de Oliveira Bührer

Mestrado em Multimédia da Universidade do Porto

RESUMO

As tecnologias e os hábitos superarquivistas na era digital vêm exercendo uma influência cada vez mais significativa sobre a nossa relação com a memória e a curadoria que fazemos dos dados, tenham eles valor prático ou valor emocional em nossas vidas. Esta pesquisa visa compreender, através de uma revisão de literatura, as extensões do impacto das tecnologias superarquivistas sobre a nossa habilidade de nos relacionarmos individualmente com os dados e nossa capacidade - ou a falta dela - para criação de estratégias coerentes que visem otimizar o ato de arquivar ou deletar parte desse imenso volume de informação que é por nós produzido diariamente. Tendo em consideração que os métodos de arquivamento e nossa relação com a memória dizem muito a respeito do indivíduo e da sociedade, é importante conhecer e esmiuçar os vários caminhos percorridos pelas novas tecnologias de armazenamento de dados no contexto do excesso de dados. Espera-se que a partir dos resultados obtidos, seja possível dar um passo adiante na compreensão dos métodos mais eficazes de curadoria da informação e preservação da memória no século XXI.

Palavras-chave: memória; armazenamento digital; curadoria de dados; excesso de dados; arquivos digitais;

ABSTRACT

The over-archiving habits and technologies in the digital age have been exerting an increasingly significant influence on our relationship with memory and data curation, whether this data have practical or emotional value in our lives. This research aims to understand, through a literature review, the extent of the impact of over-archiving technologies on our ability to relate with data as well as our ability - or the lack thereof - to create coherent strategies that optimize the act of archiving or deleting part of that immense volume of information that is produced by us in a daily basis. Considering that both our archival methods and our relationship with memory tell a lot about individuals and society, it is important to get to know the various paths taken by emerging data storage technologies in the context of information overload. From the obtained results, I hope to take a step further in understanding the most effective methods of curating information and preserving memory in the 21st century.

Keywords: memory; digital storage; data curation; information overload; digital archives.

Agradecimentos:

Ao professor Jorge Pereira pelo incentivo e disponibilidade, pelos ensinamentos ao longo do último ano e pelas palavras certas nos momentos difíceis. Gostava também de agradecer ao professor Heitor Alvelos pela sua intervenção, sobretudo na fase final da orientação, que me ajudou a organizar o corpo textual e a metodologia; e ao professor Gilberto Bernardes, por ter me introduzido ao tema aqui aprofundado durante as suas aulas de História e Tendências do Multimédia.

Agradeço à minha família e todos os colegas e amigos que, de uma forma ou de outra, me apoiaram e me acompanharam ao longo da minha trajetória em Portugal.

Por fim, um muito obrigado aos autores que sempre me serviram como inspiração, que me ensinaram a escrever e me ensinaram a produzir as artes e ciências de que necessito: Jorge Luiz Borges, Virginia Woolf, Friedrich Nietzsche, William Blake, Giuseppe Tomasi di Lampedusa, Gabriel Garcia Marques, Don Delillo e tantos outros.

"Vemos com nossos olhos que todas, todas as coisas que nos sucedem resultam constantemente *no melhor possível*. A vida de cada dia e de cada hora parecem não querer mais do que demonstrar sempre de novo essa tese." (Nietzsche)

A todos e todas, o meu mais sincero agradecimento.

Thiago Bührer

Índice

1. INTRODUÇÃO 01

1.1 Problemas, Objetivos e Motivação 07
1.2 Metodologia de Investigação 10
1.3 Estrutura da Dissertação 12

2. CONCEITOS DE SUPERARQUIVO.....14

2.1 O que são tecnologias superarquivistas? 15
2.2 Origens do Superarquivismo 23
2.3 Psicologia da Memória: por que queremos nos lembrar? 28

3. SUPERARQUIVO E EXCESSO DE DADOS 42

3.1 Contradições do Armazenamento Ilimitado 43
3.2 A Importância do Esquecimento na Era Digital 53

4. SUPERARQUIVO E O INDIVÍDUO 63

4.1 O “Eu” Enquanto Fruto do Equilíbrio entre Memória e Esquecimento 64
4.2 Externalização da Memória e Outros Processos Cognitivos 73

5. SUPERARQUIVO E SOCIEDADE 85

5.1 Assimetria da Informação 86
5.2 Economia da Informação 89
5.3 Longevidade dos Dados 94

CONCLUSÃO 104

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 110

Lista de Figuras e Tabelas

Figura 1. Modelo da memória proposto por Atkinson e Shiffrin. 1968. 32

Figura 2. STM, proposto por Atkinson e Shiffrin. 1974. 33

*Figura 3. L*TM fracionada, proposta por Squire. 1992. 34

Figura 4. Representação gráfica do limite humano de processamento de novas informações simultaneamente, retirado de Klimberg. 2008. 37

Figura 5. Efeito Flynn, retirado de Schenk. 2016. 38

Figura 6. Diferença entre dados, informação e conhecimento, retirado de Analytixlabs, 2021..... 45

Figura 7. Uma interpretação visual do conto de Jorge Luis Borges *Funes, o Memorioso* explorando o tema da memória e suas ramificações, por Samuel Bloch. 2017. 54

Lista de Acrónimos:

ISPs	Internet Service Providers
LTM	Long Term Memory
STM	Short Term Memory

1. Introdução

A memória já não é mais o que costumava ser. A cultura digital contemporânea é conduzida por bancos de dados de onde extraímos o tempo e as fatias de tempo para construir as nossas narrativas, sejam elas na forma de imagens, de áudio ou literatura. Essa onipresença, por assim dizer, das lembranças nos bancos de dados e o seu fácil acesso, também alterou a nossa leitura da memória. A linearidade da leitura dos álbuns de fotos foi substituída por coleções difusas distribuídas nos vários dispositivos de armazenamento de que dispomos. Paralelamente, somos convidados a exercitar a midiatização da memória e do cotidiano nas redes sociais. Com isso, a leitura da memória deixa de ser linear - ela é remixada, reordenada e fragmentada.

O volume de informação na era digital, do mesmo modo, teve grande impacto na nossa relação com a memória. Atualmente, um imenso volume de dados é produzido online diariamente. Dentro desse contexto, o próprio ato de arquivar e de realizar uma curadoria dos dados que produzimos - e que compõem a nossa memória em seu sentido mais amplo -, também terá sofrido uma espécie de fragmentação. O surgimento dos arquivos digitais e tecnologias de armazenamento quase ilimitado produziram uma nova categoria de arquivos que – para bem ou para mal - revolucionaram nossa cultura da informação: aqui nos referimos a eles como superarquivos.

Embora significativas, as contradições e complexidades que permeiam os arquivos digitais gozam de uma certa invisibilidade. Isso porque, na maior parte do tempo, estes arquivos são apenas um *aspeto* de outras tecnologias, e não a própria tecnologia em si - é o caso dos telemóveis, da Web, dos computadores domésticos e muitas outras. Essa onipresença, quando somada ao armazenamento ilimitado, favorece a proliferação de arsenais de informação cuja natureza é, muitas vezes, estática. Desse ponto em diante, parecem-se mais menos com arquivos e mais com um lugar para acumular, um lugar para esquecer. Na era da sobrecarga da informação, os arquivos digitais muito facilmente tornam-se superarquivos - ou seja, arquivos que se fazem existir no excesso de dados e cuja própria natureza oportuniza ainda mais a multiplicação excessiva desses dados que sequer são devidamente processados.

O homem moderno ainda conta com limitações biológicas no que diz respeito ao ato de processar quantias muito extensas de dados. Para autores como R. S. Wurman, quando a sobrecarga de informação ocorre, é provável que haja uma considerável queda na qualidade das decisões a serem tomadas (1990). Nesse aspeto, o homem moderno e suas tecnologias parecem ter uma relação mais ou menos assíncrona. Ao longo do tempo, isso naturalmente teve um impacto significativo na nossa relação com a memória e com os impulsos por trás do ato de arquivar/processar dados. A proliferação da informação provocada pelo surgimento das tecnologias superarquivistas não pressupõe uma proliferação de conhecimento propriamente dito.

A maior parte das nossas tecnologias oportuniza esse tipo de cenário: nossas discos rígidos, a *cloud*, a internet, as ferramentas de busca online, até mesmo os nossos telemóveis. Estando abarrotados de fotos, vídeos, postagens e emails armazenados em quantidades que excedem nossa capacidade de nos relacionarmos com eles

individualmente. Multiplicamos as memórias pessoais na mesma medida que as banalizamos. Com isso, vamos perdendo gradualmente a nossa habilidade de diferenciar *dados* de *ruído* - ou seja, cada vez menos somos capazes de distinguir aquilo que é realmente importante para nós daquilo que não é. Stacey Pitsillides, em seu texto *Death and Memory in the 21st Century*, (2016, p. 116) argumenta que:

> A questão que deveríamos estar nos perguntando é, qual é a nossa relação com os dados que preservamos e por que razão queremos lembrá-los? Se quisermos responder essa questão precisamos continuar a explorar a natureza da memória e a nossa relação com o arquivo. A curadoria é uma parte importante disso, especialmente devido aos enormes arquivos sendo produzidos hoje. Entretanto, a questão de *como* e *por quem* essa curadoria deve ser realizada se torna particularmente importante. (p. 116)

Quando levantamos as questões de *como* ou *por quem?* não estamos a fazer alusão somente ao indivíduo. As tecnologias superarquivistas (cujas características são melhor descritas no capítulo *2.1 – O que são Tecnologias Superarquivistas?)* favorecem, por exemplo, assimetrias da informação, casos de violação da privacidade e políticas de supervigilância, ou seja, obstáculos que devem ser pensados para além da esfera individual, penetrando a esfera social. Uma rápida reflexão nos leva a constatar que o superarquivo – tal como seus predecessores, os arquivos físicos – se faz presente em inúmeros setores da nossa sociedade. Ele está na política e está nas instituições, está nas expressões culturais e nos registos históricos, está na indústria, no consumo, no hiperconsumo e na lógica mercantil predominante. Sobretudo, o superarquivo não pode estar desassociado das questões que dizem respeito a um fazer político. O ato de

arquivar sempre terá sido um ato político, e não teria como ser diferente a partir da revolução digital.

Produzimos dados, e produzimos dados sobre os dados. Note que não apenas nossas tecnologias são superarquivistas: nossa própria economia, não surpreendentemente, também o é. Já há algum tempo, a informação tem sido considerada um bem muito distinto no campo da economia. Vejamos a plataforma *Facebook*, por exemplo: está em seu DNA preservar indefinidamente a informação, afinal ele sempre encontrará meios de monetizá-la. Além disso, repositórios digitais como o *Facebook* dão ênfase ao compartilhamento e à comunicação de maneira a conduzir-nos inadvertidamente a desequilíbrios de poder da informação. Segundo Mark Schelker (2018), em seu texto *On the Economics of Remembering and Forgetting in the Digital Age*:

> Ao reconhecerem o fato de que providenciam informação para consumir bens e serviços (privados e públicos), e dado o fato de que a fluidez da informação é difícil de rastrear, que a informação pode se espalhar para endereços indesejados, e que instituições com poder autoritário têm acesso a tais dados, indivíduos julgam ser necessário desenvolver novas estratégias de proteção e manutenção da informação que providenciam. (p. 157)

A proteção desse imenso montante de informação individual no circuito digital é cada vez mais complicada e custosa. Tendo isso em consideração, talvez se faça necessário que o próprio indivíduo – e não um terceiro – se torne responsável por selecionar as medidas de autoproteção para fins de preservação da sua própria privacidade e segurança.

Introdução

Apesar dos riscos que assumimos, é difícil imaginar uma vida privada de tais recursos. Muitas vezes, somos condescendentes pelo simples fato de que, talvez, já nos tornamos inteiramente dependentes deles. É verdade que utilizamos – e não sem despudor - os dispositivos eletrônicos e serviços online como extensões de nós mesmos, por exemplo. Sebastian Groes (2016) menciona Sigmund Freud, e afirma que o mesmo acreditava que estamos todos no caminho de nos tornarmos *deuses prostéticos* à procura de medidas meramente paliativas para negar as limitações humanas (p. 134). A própria internet já se tornou uma forma de memória externa transacional, através da qual a informação é armazenada *fora do indivíduo*, e cuja durabilidade e persistência dos dados é tema que desperta até mesmo a perplexidade dos filósofos.

Performamos, assim naturalmente, um externalismo ativo das nossas capacidades cognitivas. Não há, entretanto, nada de inédito nisso: com a mudança da cultura oral para a escrita e o posterior surgimento da imprensa, por exemplo, a mente humana também precisou passar por diversas modificações no que diz respeito à externalização da memória e uma maior exposição à novas informações. A terceirização de alguns processos cognitivos sempre esteve intrinsecamente relacionada ao surgimento - e à antecipação - das novas tecnologias. Esse processo, embora natural, não é menos controverso. Em seu texto *Memory in the Digital Age*, o professor Sebastian Groes questiona: "Se a memória é o que nos torna especiais – únicos até mesmo – e o armazenamento das nossas memórias é tomado pelas máquinas, não estaríamos terceirizando a natureza de nossa própria existência?" (2016, p. 78).

Esta grande facilidade em *lembrar* certamente exerce efeitos indesejáveis sobre o indivíduo e a sociedade: isso porque *esquecer*, da mesma forma, também nos é fundamental. Para Viktor Mayer-Schönberger, em seu *Remembering (to) Delete:*

Forgetting Beyond Informational Privacy, "toda generalização e toda abstração, tão cruciais para nossa capacidade de compreender a realidade, requerem que nos esqueçamos dos detalhes para identificar a essência." (2018, p. 119). Nesse sentido, Mayer-Schönberger argumenta que o esquecimento é justamente o que possibilita aquilo que nos torna verdadeiramente humanos: nossa capacidade de dar sentido ao mundo ao nosso redor. Entretanto, a maior parte de nossas ferramentas digitais tende em favor do não-esquecimento. Na verdade, *esquecer* tornou-se a exceção, e *lembrar* tornou-se o novo padrão – novo, pois desde os primórdios da humanidade o inverso terá sido a norma. Tal realidade torna-se problemática a partir do momento em que, ao mesmo tempo que nos auxilia, por outro lado empobrece.

É verdade que, com ferramentas tão baratas de armazenamento quase ilimitado, não somos mais incentivados a desempenhar ativamente um papel de curadores do nosso próprio conteúdo, das nossas próprias recordações, de toda e qualquer informação de natureza pessoal ou prática. Ao mesmo tempo, também não estamos dispostos a permitir que a memória humana desempenhe esse papel. O indivíduo raramente tenciona investir o seu tempo com nesse tipo de questionamento. A grande oferta de armazenamento barato, seja ela na forma de discos rígidos ou plataformas online, faz com que não seja sequer *econômico* decidir entre lembrar ou esquecer.

Uma vez que nos tornamos arquivistas preguiçosos, enfraquecidos e fragmentados, é preciso analisar a fundo de que maneira isso vêm impactando os dois pilares da nossa cultura da informação: o da curadoria e o da memória. Ao mesmo tempo, devemos radiografar uma problemática do superarquivismo cujos efeitos são menos unidimensionais e mais paradoxais do que afirmam seus mais ferozes contestadores, de modo que esta pesquisa não tem como propósito único desacreditar e

criticar negativamente as tecnologias superarquivistas, mas sim expor os seus aspectos mais contraditórios e buscar entendê-las menos como um monstro da modernidade que devora seus próprios filhos do que como um Jano de duas faces.

1.1 Problemas, Objetivos e Motivação

Através desta investigação, busco responder a seguinte questão: em que medida a sobrecarga de informação e os superarquivos na era digital afetam o nosso relacionamento com a memória (em seu sentido mais amplo), e como isso tem um impacto nas estratégias escolhidas para arquivar ou deletar o grande volume de dados por nós produzidos? Em resumo, esta é uma pesquisa sobre curadoria e memória no contexto do superarquivismo. A pergunta central aqui proposta estará dividida em outras subquestões que abrangem aspetos diversos das contradições levantadas por pesquisadores da área e que serão apontadas a seguir.

No contexto da curadoria, é possível afirmar com convicção que os critérios por nós empregados para deleção ou preservação de dados dizem muito a respeito do indivíduo e dos rumos tomados pela sociedade perante as novas tecnologias. Os arquivos, por exemplo, são elementos fundamentais e pré-condições para uma democracia. Da mesma forma, os arquivos são a fundação da economia da informação na qual estamos inseridos hoje. Tendo em mente o crescimento exponencial do volume de dados por nós produzidos, quem é realmente responsável pela sua curadoria? Que tipos de critérios vêm sendo ou poderão ser utilizados futuramente pelo indivíduo e pela sociedade na tomada de decisões sobre o que manter e o que apagar? E, ainda, diante das mais variadas formas de violação da privacidade e de segurança, quais medidas

políticas vêm sendo tomadas na preservação ou deleção de dados? É verdade que uma forte, adequada, e bem coordenada regulação legal de proteção de dados e arquivamento (no setor público e privado) se faz necessária em diversos casos. Algumas dessas medidas de regulação demonstram proatividade, mas a maior parte é somente responsiva. Ao mesmo tempo, será que tal responsabilidade não deveria passar para as mãos do indivíduo a fim de prevenir o autoritarismo ou uma disposição do Estado para a supervigilância? Há quem diga que, na era digital, é o indivíduo que realmente necessita de mais recursos e mais autonomia (contra pressões políticas e comerciais) para que assimetrias de informação deixem de servir a alguns e ferir a outros.

Já no contexto da memória, é importante questionarmos qual é a real importância do esquecimento na era digital. Será o esquecimento um fator meramente limitante ou qualquer coisa de necessária? Muito embora os dispositivos de armazenamento sejam quase ilimitados, nossas capacidades cognitivas certamente não o são, de modo que a interação do indivíduo com os dados por ele produzidos (sua memória) vai se modificando e se ressignificando ao longo do tempo. De que maneira estas tecnologias digitais expandem nossa memória e qual é o equilíbrio entre a seleção humana e computacional dentro de cada estrutura tecnológica? Até que ponto o superarquivismo, a sobrecarga de dados e a banalização das memórias não serão prova de que existe de fato um desequilíbrio entre essas duas coisas? Da mesma forma, a externalização da informação e a ubiquidade dos dados que emerge de dispositivos como a internet ou a nuvem, vêm ocasionando uma perda de controle do indivíduo sobre si mesmo: as ferramentas de busca sabem mais sobre nós do que nós mesmos. A durabilidade e a volatilidade dos dados, entretanto, produzem um esquecimento que só existe por parte do indivíduo: dados e memórias continuam a servir a propósitos

comerciais desconhecidos e a existir no banco de dados de plataformas que sequer acessamos, assumindo um papel de autênticos *fantasmas* digitais.

É fácil começar uma vida digital, entretanto, é difícil terminá-la. Há quem diga que a permanência – ou insistência - desses dados vem dando origem a uma espécie de pós-humanidade. Com isso em vista, será que temos direito a um fim digital? Poderá existir um "botão de desligar", ou estamos condenados a continuar existindo digitalmente, mesmo após o fim de nossa existência? Em entrevista ao *The Guardian, Why We Must Remember to Delete – and Forget – in the Digital Age* (2011), Viktor Mayer-Schönberger, argumenta que anexar uma data de expiração aos dados pode ser uma solução promissora, que o método possui o potencial de nos fazer pensar a respeito do valor do esquecimento e, assim, propor uma *negociação* ao invés de simplesmente impor uma solução técnica a um problema técnico: "Datas de expiração são sobre solicitar aos humanos que reflitam – mesmo que por um momento – por quanto tempo as informações que desejam armazenar permanecem valiosas."

A verdade é que estamos saturados de memória, e a memória biológica é segundo Andy Clark (2003), cada vez mais, uma pequena parte da constituição dessa cognição distribuída que é auxiliada por formas de memória não-biológicas. Contudo, a tendência geral do raciocínio humano sempre terá sido a de apoiar-se em suportes ambientais. De que maneira estas extensões da mente - como a nuvem e outros dispositivos de armazenamento digital - vêm afetando nossa relação com a memória e os processos de formação da mesma? Muito embora possamos descarregar definições estáticas de palavras (memória factual) em um computador sem nenhum problema, a complexidade da memória associativa humana produzida pela memória biológica é imensamente diferente de uma pesquisa associativa baseada em ferramentas de busca

como o *Google*. Apesar disso, segundo Sebastian Groes (2016, p. 80) "isto não significa que, de repente, nós nos tornamos zumbis estúpidos alegremente à deriva no ciberespaço; em vez disso, significa que usamos nossas mentes de maneira diferente". Afinal, como podemos descrever essa nova forma de usar a mente no contexto da revolução digital, aonde a sociedade moderna parece ter um problema cada vez maior com o ato (ou a mera possibilidade) de esquecer? Quer nos conscientizemos ou não acerca das consequências deste e outros aspetos do superarquivismo, ele próprio já terá se tornado, por assim dizer, um aspeto de todas as coisas: do nosso cotidiano, do nosso estilo de vida, da nossa maneira de pensar sobre a vida, de rememorá-la, revisitá-la e de refletir sobre o "eu".

Sendo este *eu* fruto de um delicado equilíbrio existente entre memória e esquecimento - ou, no contexto digital, entre preservar e deletar – é muito importante dirigirmos um olhar atento, talvez vigilante, à problemática do superarquivismo, às vantagens e riscos que oferece para o bem-estar do indivíduo e progresso de nossa sociedade digital. Esta talvez seja minha motivação pessoal ao abordar este tema que, muito embora esteja longe de se encontrar na obscuridade entre os pesquisadores, continua a exigir respostas inovadoras para os problemas e dilemas que emergem do superarquivo e a exigir, também, que o peso de todas coisas seja novamente determinado. Espero que, com essa dissertação, possa avaliar de forma pertinente os métodos mais promissores da curadoria da informação que visam pavimentar um caminho do qual todos possamos nos beneficiar com autonomia e responsabilidade.

1.2 Metodologia de Investigação

O design metodológico adotado para essa investigação compreende, em sua totalidade, os aspetos de uma pesquisa qualitativa, misturando particularidades da Fenomenologia e da Pesquisa Qualitativa Interpretativa Básica. A opção por esses dois formatos se deve à minha identificação com metodologias que têm raízes na filosofia e na psicologia, bem como na experiência subjetiva do indivíduo e na subjetividade da compreensão dos fenômenos. Também, esta investigação se apresenta como uma extensa revisão de literatura. Os assuntos abordados e os autores relevantes para a pesquisa foram identificados nas áreas científicas de: arquivamento digital e analógico; curadoria de dados e informação, psicologia e cognição humana; história da tecnologia; filosofia da memória. A bibliografia desses autores foi selecionada com base na relevância dos assuntos abordados para atender à questão e aos objetivos de investigação. Foram selecionadas as obras e autores que apresentavam um ou mais dos seguintes tópicos: debates sobre memória e esquecimento na era digital; critérios de seleção e deleção de dados no contexto do armazenamento digital; investigações acerca da psicologia da memória em cenários aonde é confrontada com um excesso de dados; problema mente-corpo; o impacto social, político e econômico das tecnologias da informação; comportamento e subjetividades do arquivista digital.

Minha hipótese de pesquisa que surge a partir da questão central anteriormente especificada (“em que medida a sobrecarga de informação na era digital afeta nosso relacionamento com a memória, e como isso tem um impacto nas estratégias escolhidas para arquivar ou deletar o grande volume de dados por nós produzidos?”) corresponde, em principio, a uma *Alternative Direcional Hyphothesis,* uma vez que acredito que exista uma relação entre as duas variáveis da questão, e que uma exerce grande

influência sobre a natureza da outra. Através do design metodológico e da questão central aqui apresentados, busco tentar compreender qual é a essência dos fenômenos relativos ao superarquivismo e abordo a tarefa levando sempre em consideração que as opções individuais são moldadas pelas estruturas sociais e culturais e que, portanto, possuem trajetória histórica rastreável.

1.3 Estrutura da Dissertação

Tendo em mente que a problemática do superarquivismo é bastante abrangente, se fez necessário dividir e organizar esta pesquisa por tópicos que se relacionam com as subquestões específicas que foram surgindo ao longo do percurso. A partir dessa lógica, decidi apresentar a investigação no seguinte formato:

- **Conceitos básicos sobre o superarquivo** (o mesmo serve como uma introdução à história do ato de arquivar conforme a lógica pré e pós-revolução digital, bem como o surgimento das tecnologias superarquivistas, sua antecipação e os impulsos humanos e sociais por trás de tal antecipação).
- **Superarquivismo e excesso de dados** (neste capítulo exploramos a fundo a relação existente entre as tecnologias superarquivistas e o *Information Overload* descrito por Bertham Gross, as contradições que emergem do armazenamento ilimitado e a relevância do esquecimento dentro de uma cultura digital que se fundamenta em arsenais estáticos de informação).
- **Superarquivismo e o indivíduo** (em que exponho o impacto das tencologias superarquivistas na formação da identidade e da memória do indivíduo, bem como as complexidades e perplexidades que emergem da externalização da memória e processos cognitivos através de ferramentas como estas).

Introdução

- **Superarquivismo e a sociedade** (em que me proponho a relacionar alguns aspetos de nossa cultura, de nossa economia, da política e das instituições com a problemática do superarquivismo).

2. Conceitos de Superarquivismo

As tecnologias superarquivistas e os domínios em que estão inseridas, em especial aqueles que dizem respeito a nossa relação com a memória e nossos hábitos de curadoria de informação, são o fulcro desta pesquisa. Portanto, antes de prosseguir com o seu desenvolvimento, é primordial dar a conhecer alguns dos conceitos fundamentais que vêm sendo objeto de estudo de pesquisadores do tema. Desse modo, reservo esse espaço de reflexão para introduzir o leitor aos conceitos relacionados à memória e à curadoria de dados que vêm sendo aplicados no contexto das tecnologias superarquivistas, apresentando sua trajetória histórica e algumas perspectivas teóricas de autores diversos. Em *2.1 – O que são tecnologias superarquivista*s?, tenho por objetivo familiarizar o leitor com as várias dimensões do ato de arquivar, antes e depois da era digital; em seguida, o capítulo *2.2 – Origens do Superarquivismo* dá a conhecer as muitas formas como o superarquivo foi antecipado através da ficção, dos estudos científicos e experimentações diversas ao longo do século XX; por fim, *2.3 – Psicologia da Memória: por que queremos nos lembrar?*, é uma reflexão sobre as razões psicológicas e biológicas que nos levam a buscar um tipo de arquivo como o superarquivo.

2.1 O que são tecnologias superarquivistas?

Segundo o filósofo Jacques Derrida em sua obra *Mal de arquivo: uma impressão freudiana* (1995), duas palavras de origem grega podem ser utilizadas para uma melhor compreensão de conceito de *arquivo*: *arkhê*, que significa "início" e "comando", e *arkheîon*, que designa "uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam". Nesse sentido, por muito tempo compreendemos o arquivo como sendo um *lugar*. Durante a maior parte da história da humanidade, pensar neste lugar era pensá-lo em sua fisicalidade (uma biblioteca, um acervo, plateleiras). No entanto, esta maneira de pensar o arquivo terá mudado radicalmente após a revolução digital.

A fisicalidade do arquivo e as limitações referentes a esta fisicalidade sempre orientaram o comportamento do arquivista. Portanto, a partir do momento em que o arquivo ganha novas dimensões (e supera limitações), é razoável pensar que isso terá grande impacto entre aqueles que desempenham a função de arquivar – desde as coisas mais banais, como fotos e recordações pessoais, até os extensos bancos de dados que servem à nossa economia da informação. O próprio arquivista também terá ganhado, afinal, novas dimensões.

Mas o que exatamente é isto a que chamamos de arquivo? Arquivos certamente não são meros registos, uma vez que registos são amplamente compreendidos como informação que, embora tenha aspecto prático e de fato seja arquivada, tem vida útil e utilidade imediata, ou seja, não é coletada e pensada para a *posteridade*. O registo é, por assim dizer, uma pequena parte ou uma das muitas funções do arquivo. Segundo Alexandra Walsham em seu *The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe* (2016), essa diferenciação entre registo e arquivo terá sido uma

consequência da revolução administrativa que se dá no século dezenove. Antes desse período, o que conhecemos por *arquivo* e o que conhecemos por *registo* ainda eram duas coisas relativamente indiferenciadas. (p. 13).

Essa consciência administrativa e organizacional está, é claro, diretamente relacionada com as transformações da sociedade ocidental ao longo dos séculos. Walsham (2016) observa que, durante os séculos dezesseis e dezessete, as pessoas costumavam utilizar a palavra *arquivo* para designar um lugar que continha documentos e registos antigos, escrituras e evidências, geralmente relacionados a uma coroa ou a um reino. A palavra também implicava um lugar com fisicalidade: uma instituição, um prédio, um acervo, um tesouro, uma biblioteca ou uma chancelaria. É também durante este período que se cristaliza a ideia de arquivo enquanto lugar de legitimação. (p. 14).

Nesse sentido, grande parte dos arquivos e bibliotecas de séculos passados tinham também o propósito de servir como monumentos e memoriais, um patrimônio histórico para as gerações futuras. A consciência histórica sempre terá sido algo que mantém viva a chama do arquivo. As várias maneiras através das quais a escrita e a produção de documentos são arquivadas por si só fazem história, expõem as relações sociais, culturais, e tecnológicas que existem em um determinado tempo e espaço. De ‘instituições da memória social’ à ‘local seguro para o esquecimento’, a função do arquivo também varia conforme o seu tempo. A própria natureza do arquivo é mutável, como pudemos constatar tão claramente quando do surgimento dos arquivos digitais.

Em grande parte das vezes que pensamos o arquivo, pensamos o seu conteúdo e não propriamente a organização que existe e que existiu por trás de sua formação. Nós exploramos as fontes documentais que os arquivos albergam sem sondar à fundo as decisões sobre seleção, disposição, preservação e retenção tomadas pelos arquivistas

responsáveis pelo conteúdo ao longo das gerações. Não devemos nos esquecer que, não somente o arquivo influencia o comportamento do arquivista, o próprio arquivista também exerce influência sobre o arquivo. Nem arquivos e nem arquivistas podem se dizer agentes de inteira neutralidade – com certeza não perante um ao outro. Sobre esta falsa noção do arquivista como guardião passivo e imparcial, Alexandra Walsham em seu *The Social History of the Archive: Record-Keeping in Early Modern Europe* argumenta que essas suposições exerceram "influência contínua e planejaram obscurecer as extensões as quais os próprios 'guardiões' dos registos desempenharam um papel crítico no estabelecimento dos parâmetros e limites do entendimento histórico." (2016, p. 10).

Kathryn Burns (2010) como citada em Walsham (2016) enfatiza que arquivos se parecem "menos com um espelho e mais com um tabuleiro de xadrez", e que eles não são, de maneira alguma, arsenais estáticos de informação, mas lugares em que uma variedade de agentes contemporâneos e subsequentes exercitaram e negociaram agência, identidade e poder. (2016, p. 11). Muito embora seja amplamente aceito que os arquivos não devem ser tratados como arsenais estáticos de informação, um rápido exame de consciência sobre os arquivos na era digital nos faz repensar até que ponto isso é realmente levado em consideração na prática. Para além do não-reconhecimento dos agentes por trás da formação do arquivo, existem, entretanto, outras maneiras de transformar os arquivos em *arsenais estáticos de informação* - e elas parecem ter se multiplicado desde o surgimento dos arquivos digitais.

Mas o que terá colaborado para que *arsenais estáticos de informação* se proliferassem tanto após a revolução digital? Talvez, isso se deva ao fato de que nossas novas tecnologias oportunizam esse tipo de cenário. A capacidade quase ilimitada dos

dispositivos de armazenamento, a World Wide Web, os telemóveis e outras tecnologias promoveram um cenário aonde o baixo custo da produção, reprodução, armazenamento e acesso à informação faz com que a informação se torne um aspeto de tudo: de nossas vidas, de nossa sociedade, de nossa economia, de nosso fazer político, de nosso presente. Existe, entretanto, uma aspecto contraditório da proliferação da informação que devemos levar em conta: este *boom* da informação não pressupõe um *boom* de conhecimento.

O arquivista moderno, ao contrário de suas tecnologias, possui uma capacidade de processamento limitada. Vivemos em um momento em que há dados sendo armazenados excessivamente, e apenas uma pequena parte é devidamente processada e transformada em conhecimento. Pior do que isso: devido à quantidade assombrosa de informação com que somos bombardeados diariamente na era digital, estamos perdendo a nossa habilidade de diferenciar *dados* de *ruído*. Já não sabemos distinguir o que é relevante para ser processado do que não é. Todas as tecnologias da informação têm colaborado para a criação destes arquivos digitais quase ilimitados, onipresentes, desobstruídos, perfeitos, que não necessitam de manutenção e que não estão sujeitos às *limpezas* ocasionais devido a uma insistente falta de espaço. Essas características favorecem a proliferação de dados em excesso e, por essa razão, os arquivos digitais avizinham-se cada vez mais dos tão temidos *arsenais estáticos de informação*.

O termo *superarquivo* é utilizado aqui para designar esta categoria de arquivo que se faz existir no excesso de dados e cuja natureza estimula o excesso de dados. Trata-se, acima de tudo, de um arquivo que embarca muito mais *dados* do que *conhecimento* ou *informação de valor*. Um superarquivo se parece muito mais com um depósito do que com um arquivo propriamente dito, ou seja, não é ativamente acionado

pelos seus arquivistas de maneira a promover a *posteridade* da informação nele contida – pelo contrário, serve mais como uma "sala de despejo". O superarquivo é um arquivo que se sujeita ao acúmulo, à sobreposição, ao excesso, ao ruído, e além disso, à não-atividade, à ausência dos seus arquivistas, de modo que se tornam lugares estáticos, jamais acionados de maneira a gerar conhecimento, mas apenas acumular informação (muitas vezes em seu estado mais orgânico e latente).

O superarquivo remete não apenas ao abandono – consciente ou inconsciente – por parte de seus arquivistas, mas também à falta de controle. Ele armazena muito mais do que o necessário, sem filtros, sem controle e sem agência sobre o volume de dados com que é confrontado. Note que essa não-atividade dos arquivistas se deve, sobretudo, à convicção de que num superarquivo não se pode encontrar outra coisa senão muito ruído e pouca informação de valor. Ou pior: que a pouca informação de valor ainda estará soterrada em meio à tanta informação inútil, que será custoso ou mesmo impossível encontrá-la e que, portanto, está perdida.

É importante enfatizar que as dimensões, limitações e extensões de um arquivo ajudam a construir e dar forma àquela que seria a *cultura arquivista*. Já há tempos que vivemos em uma cultura arquivista. O baixo custo e extensão formidável dos arquivos digitais ampliaram ainda mais a participação da gente comum nessa cultura de arquivo. Ela não está mais restrita às instituições religiosas, governos e coroas, nem aos prédios que erigiram em favor de suas respectivas consciências históricas. A cultura arquivista da revolução digital sequer precisa de uma justificativa, ou seja, não precisa satisfazer ou servir a uma consciência histórica de seu tempo. Quando se trata dos superarquivos, muitas vezes sequer há uma *consciência* por trás do mesmo. Pode-se afirmar que a

cultura arquivista da era digital é, muitas vezes, uma cultura que banaliza o ato de arquivar.

A verdade é que os arquivos de hoje em dia são bens de consumo que fazem parte do cotidiano de qualquer indivíduo – como uma geladeira, um micro-ondas ou qualquer outro utensílio doméstico. Muitas vezes, ele é também uma *parte* ou um *aspeto* de outras tecnologias, algo embutido, de modo que se tornam quase invisíveis para nós (por exemplo, a memória dos telemóveis e outros aparelhos). Portanto, à medida que nos serve em seu sentido prático, essa onipresença do arquivo também ajuda a torná-lo cada vez mais invisível e banal.

Note que, muito antes da revolução digital, o ato de documentar e arquivar terá deixado de ser apenas um impulso de natureza coletiva/institucional e passou a ser também um impulso do indivíduo. O indivíduo torna-se, cada vez mais, um meio e um fim dentro da cultura arquivista. À luz dessa tendência, surge o que o arquivista e cientista irlandês, Eric Ketelaar, como citado em Walsham (2016), chama de 'história social do arquivo': uma intervenção metodológica que foca nos diversos impulsos de arquivo para além das estruturas institucionais e burocráticas dentro das quais têm sido amplamente confinados. Dentro da 'história social do arquivo', o fato de que a documentação se tornou integrada nas rotinas diárias das pessoas obtém o reconhecimento devido.

É evidente que a documentação do cotidiano ganhou um destaque significativo graças à nossa cultura de arquivo que enfatiza a midiatização das lembranças e o uso excessivo de tecnologias como redes sociais (*Facebook, Instagram, Snapchat*, *TikTok,* entre outras). Vemos que estas tecnologias arquivistas e superarquivistas impactam não apenas a memória coletiva e os procedimentos por trás de sua consciência histórica, mas

também a memória do próprio indivíduo e os procedimentos por trás do que seria uma consciência do *eu.* Embora poder fazer parte da cultura arquivista seja, de certa forma, um privilégio do indivíduo moderno, os nossos hábitos superarquivistas estão permeados de riscos para o que seria essa consciência do *eu.* Dentre estes riscos podemos destacar a própria banalização do ato de arquivar, a volatilidade da informação, e até mesmo a desmaterialização que reduz nossos repositórios a realidades virtuais passíveis de aparecer e desaparecer ao toque de um único botão.

Jacques Derrida, em sua obra *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana* (1995), juntamente com outros pesquisadores da área, ajudou a promover uma maior consciência de que o arquivo atua – no sentido literal e figurativo – como um filtro de distorção, lente e prisma, de maneira que o próprio impulso de manter registos não pode estar inteiramente dissociado de um processo que implica a repressão de relatos alternativos e diferentes versões do nosso passado. Antigamente, esse ato de repressão, esse *mal de arquivo*, era atribuído exclusivamente à ação humana. Hoje, entretanto, existem novas dimensões desse ato de repressão, e muitas delas não podem ser atribuídas somente à ação do homem, mas também das máquinas. As próprias tecnologias superarquivistas e suas extensões atuam como mecanismos de repressão da informação e, por isso, constituem um *mal de arquivo*.

Da mesma forma que o enclausuramento dos documentos em museus e acervos tende a enfraquecê-los e fragmentá-los em determinadas circunstâncias, os superarquivos e arquivos digitais também enfraquecem e fragmentam seu conteúdo de outras maneiras – algumas delas ainda tão recentes e inéditas que sequer somos capazes de reconhecê-las. Desde sempre, o conceito de arquivo terá sugerido uma formação heterogênea de elementos que estiveram sujeitos à diversos obstáculos, incluindo até

mesmo o elemento da sorte e do acaso. Segundo Michel Foucault em seu texto *O* A Priori *Histórico e o Arquivo* (1969):

> O arquivo é também o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas. (p. 147)

Evitar o surgimento dessa *massa amorfa* descrita por Derrida talvez seja o primeiro passo para enfrentar os obstáculos inéditos com que vem se deparando a nossa cultura de arquivo - isso porque este sempre terá sido o primeiro passo para enfrentar todos os obstáculos de todos os outros tempos no contexto da cultura de arquivo. Longe de ser apenas um meio de assegurar a posteridade do conhecimento e da memória, o arquivo deve ser acionado e interpretado de maneira que essa posteridade do conhecimento não se transforme na mera posteridade de dados. A *massa amorfa* é precisamente essa massa de dados sem processamento, seu abandono e consequente imobilidade.

O arquivista, seja ele um arquivista moderno ou de uma época passada, continua desempenhando importantes funções junto ao arquivo, cujo manuseio performatiza as ações de conservação e de renovação simultaneamente. Transformar essa *massa amorfa* em um corpo vivo e flexível, entretanto, é uma atividade que praticamos com uma frequência cada vez menor e com menos dedicação. A proliferação de superarquivos na era digital talvez tenha embotado um pouco nossa intuição para o ato de arquivar. Em lugar disso, terá criado uma intuição para o ato de acumular. Entre *arquivar* e *acumular*, o arquivista da era digital se posiciona bem no meio, com uma crescente – e silenciosa -

dificuldade de fazer uma clara distinção entre essas duas intuições. Por essa razão, talvez esteja na hora de irmos um pouco além daquilo que Jacques Derrida definiu como *mal de arquivo*, e começarmos a explorar mais a fundo qual poderia ser o *mal de superarquivo*.

2.2 Origens do Superarquivismo

O volume de informação na era digital teve imenso impacto na nossa relação com a memória e, consequentemente, na nossa relação com o esquecimento. Esse imenso volume de informação não está apenas atrelado aos nossos novos hábitos e nossa nova maneira de viver, mas, sobretudo, à nossa nova maneira de pensar. Em seu *User Interface: a Personal View*, Alan Kay argumenta que se o computador pessoal realmente se tornou um novo meio, então a sua própria utilização poderá mudar os padrões de pensamento de toda uma civilização. (1989). Estes padrões de pensamento, naturalmente, não se oferecem isoladamente, precisam de um meio que os exprimam. Tendo isso em mente, se a própria substância do meio é o excesso, então seria natural imaginar que estes novos padrões de pensamento do homem moderno viriam a se exprimir igualmente pelo excesso?

Atualmente, existe um imenso volume de dados sendo produzido online diariamente. Este conteúdo é criado por ou faz referência ao indivíduo, podendo ter valor financeiro, reputacional, intelectual, emocional ou simplesmente prático. O fácil acesso às fotos, vídeos, postagens e emails armazenados em quantidades que excedem nossa capacidade de nos relacionarmos com eles individualmente, parecem multiplicar as memórias pessoais na mesma medida que as banalizam. Uma vez que não temos

mais a capacidade de nos relacionarmos com esses itens individualmente, então por que razão nos tornamos entes superarquivistas?

A verdade é que o homem não é realmente superarquivista – as suas novas tecnologias é que o são. A mente humana é apenas um mecanismo associativo com vazamentos (Clark, 1993), um mecanismo que evoluiu para integrar ativamente recursos externos como mídias, objetos e até outros indivíduos. Por vezes, nos esquecemos de que a memória ocorre na mente, não é carregada pela mente. E é por essa razão que os nossos dispositivos de armazenamento – e sua atual tendência superarquivista - sempre terão imensa influência na nossa relação com a memória. Para além de mais espaço, o que o futuro do armazenamento digital nos reserva será sempre um novo ponto de vista. O excesso de informação e a superestimulação cognitiva são apenas aspetos desse novo ponto de vista que, assim como a própria linguagem, é instituído e instituinte.

Ressignificar o que está instituído - aquilo que a cultura, ao desempenhar seu papel necessário, está sempre a cristalizar – é um processo fortemente influenciado pelas novas tecnologias. Mais do que isso, pela antecipação das novas tecnologias. A dimensão superarquivista das novas tecnologias, tal como tantas outras dimensões, já teria sido antecipada muito antes de integrar nossa realidade. Em 1930, o sonho de superar a falibilidade da memória humana já foi expressa pelo romancista H. G. Wells ao escrever sobre um hipotético cérebro universal através do qual toda a memória da humanidade poderia ser acessada por qualquer indivíduo – descrição que, muito embora esteja imbuída do teor extraordinário próprio da ficção científica e soe como qualquer coisa de sublime, se parece o bastante com o que hoje conhecemos como a World Wide Web.

Mais tarde, em 1945, o engenheiro Vannevar Bush propõe em seu artigo *As We May Think*, publicado na Atlantic Monthly, um hipotético sistema de proto-hipertexto que ficou conhecido como Memex (memory + index). Segundo Bush (1945), o Memex seria capaz de guardar todos os livros, artigos e jornais, de modo a tornar-se, em suas palavras, "um suplemento íntimo ampliado da memória individual". Desse modo, as excursões do homem em sua literatura poderiam ser mais proveitosas a partir do momento que ele readquire o privilégio de esquecer as múltiplas coisas que não precisar ter imediatamente em mãos, com alguma certeza de que poderá encontrá-las novamente se forem importantes. (Busch, 1945, p. 25). Hoje, pode-se dizer que o sonho de Bush (1945) já se concretizou: as ferramentas de busca online, como o Google, de fato foram amplamente antecipadas. Entretanto, poucos anteciparam o impacto do superarquivismo que sobreveio o surgimento dessas tecnologias.

Ainda em *As We May Think*, Busch argumenta que nossos métodos de armazenamento da informação são uma questão muito mais ampla do que a mera extração de dados para fins científicos, mas que também envolve todo o processo através do qual a humanidade se beneficia de sua herança de conhecimento adquirido (1945, p. 15 – 16). Desse modo, se a natureza desse processo se torna algo de superarquivista, é razoável dizer que a maneira como resgatamos esse conhecimento acumulado e o excesso de dados estarão, de alguma forma, interpenetrados. Além disso, uma alteração na maneira como resgatamos os dados pressupõe, também, uma alteração na maneira como fazemos a leitura desses dados.

Na década de 1960, os experimentos de escrita do autor William Burroughs já teriam antecipado essas alterações nos hábitos de leitura do homem moderno. Em seu artigo, *The Future of Novel* publicado em 1964, Burroughs introduz o leitor às técnicas

de *cut up* e *fold-in* que desenvolveu com o artista Brion Gysin. Estas técnicas de construção narrativa realizadas através de colagens e justaposições seriam uma expressão da antecipação da narrativa contemporânea, esta que é fragmentada e não-linear e que é característica do hipertexto. Ao aplicar tais técnicas em sua literatura, Burroughs procurou dissolver o espaço-tempo e a linearidade da leitura convencional, propondo assim uma espécie de leitura aumentada. Hoje, entretanto, sabemos que essa indefinição sobre aonde a leitura começa e aonde ela termina vai para muito além do hipertexto. Nossos hábitos superarquivistas potencializam esse efeito criando um tipo de literatura que nem começa e nem termina, mas que apenas é. Uma rápida análise à maneira como acumulamos dados que sequer acessamos ou que sequer temos interesse em acessar - sejam eles em forma de literatura ou, ainda, em formato audiovisual – expõe um aspecto fundamental do superarquivismo que é justamente este que estrangula a possibilidade de uma curadoria face a um volume de informação que requer uma capacidade sobre-humana de processamento.

Esse aspecto inacessível e ocioso de uma literatura que se expressa no excesso já teria sido objeto de discussão em 1944 no conto metafísico *A Biblioteca de Babel* do autor argentino Jorge Luis Borges. Em seu conto, Borges propõe uma biblioteca infinita, com infinitos livros aonde encontram-se todas as possíveis ordenações dos 25 símbolos do alfabeto latino, a vírgula “,”, o ponto final “.” e o espaço. Através da disposição aleatória desses símbolos, as infinitas combinações que se multiplicam num período de tempo infinito eventualmente acabariam por escrever todos os livros que existiram, que existem e que poderiam vir a existir. Entretanto, em esmagadora oposição a tudo isso, o vazio é o principal elemento da biblioteca. Seus bibliotecários podem passar a vida toda folheando os infinitos volumes sem encontrar sequer uma

única frase disposta de maneira a fazer sentido, criando assim uma espécie de horror existencial que se expressa na possibilidade não-nula de, eventualmente, dada a extensão infinita do arquivo, serem capazes de encontrar um "livro da verdade", ou um livro que contenha a solução para todos os problemas futuros, ou até mesmo infinitas variações de um livro que refute cada uma das soluções anteriores dadas a estes problemas futuros. A verdade é que "se por um lado, a biblioteca de Babel é perfeita, por outro lado, "o homem seria o bibliotecário imperfeito". (Borges, 1944, p. 63). A mesma relação de oposição que existe entre biblioteca perfeita/bibliotecário imperfeito se configura no cotidiano do homem contemporâneo quando exposto às tecnologias superarquivistas.

Para além disso, o que Borges propõem em seu conto é também uma reflexão exigente e necessária sobre o conceito de arquivo. É verdade que uma biblioteca desprovida de leitores não poderia configurar um lugar que não fosse um lugar estático. Tendo em mente que é o usuário que aciona os cruzamentos entre conhecimentos, que os orienta, que faz constituir alguma ordem e que dá sentido ao conjunto caótico de dados, até que ponto as tecnologias superarquivistas não vêm configurando arquivos análogos e tão estáticos quanto uma biblioteca de Babel? Há quem argumente que é precisamente a possibilidade de constituir alguma ordem, algum significado, que orienta e instiga o trabalho do bibliotecário (ou, como seria mais apropriado dizer na atualidade, do navegador).

Um maior entendimento da dinâmica da percepção humana, das nossas capacidades associativas e cognitivas sempre fizeram das novas tecnologias um perpétuo trabalho em andamento, um que é continuamente contestado ao invés de algo propriamente ortodoxo e firmemente estabelecido. Em 1990, o físico e cientista da

computação Tim Berners-Lee, em seu artigo *Information Management: A Proposal*, destaca que, na época em que o hipertexto ainda se encontrava em sua fase embrionária, grande parte da pesquisa acadêmica sobre hipermídia tinha como foco o lado da interface humana da navegação em um espaço de informações complexo, de maneira a tentar evitar que a sensação de se sentir "perdido no hiperespaço" predominasse. (1990, p. 14). O superarquivismo e o excesso de dados costumavam ser apenas alguns dos obstáculos que nos aproximam da sensação de se estar "perdido no hiperespaço" descrita por Berners-Lee. Hoje, entretanto, é evidente que o excesso já não é mais um simples aspeto do hiperespaço, ou uma mera extensão do mesmo. Ao manter com ele uma relação tão próxima e íntima como a relação que existe entre a *teia* e *aranha*, o excesso torna-se a substância do qual ele é feito e, portanto, passa a ser o que o define.

2.3 Psicologia da Memória: por que queremos nos lembrar?

Falar sobre experiências passadas é uma atividade humana muito característica e de considerável importância do ponto de vista do desenvolvimento de novas tecnologias. A própria experiência de viver em sociedade é, por si só, uma ferramenta de extensão da memória. O homem, enquanto espécime social, sempre mobilizou seus recursos neurais, corporais e ambientais para fortalecer aquilo que Sutton, Harris, Keil & Barnier definem como sendo *memória socialmente-distribuida* (2010, p. 02). O exemplo a seguir ilustra a maneira como Sutton et al procura demonstrar o que seria exatamente este processo de *memória socialmente-distribuida*:

Esposa: *Nós fomos a dois espetáculos. Você não se lembra como se chamavam?*

Marido: *Fomos sim. Um deles era um musical, ou terão sido ambos? Eu não... não... um deles era...*

Esposa: *John Hanson fazia parte.*

Marido: *É Desert Song!*

Esposa: *Desert song, é isso mesmo. Eu não conseguia me lembrar do nome, mas pronto, eu sabia que John Hanson fazia parte.*

Marido: *Sim, sim...*

Para Sutton et al, a memória biológica é ativa, propensa a se misturar e a interferir. Essa dinâmica de misturar e interferir que define a *memória socialmente-distribuída*, terá sido a nossa primeira ferramenta de memória estendida, uma que serviu muito bem ao homem, em especial no período em que a escrita ainda não havia se desenvolvido completamente e se estabelecido de maneira ampla como principal veículo de informação e de preservação da memória. A *memória socialmente-distribuída*, tal como a escrita e o próprio ato de estabelecer uma complementaridade entre tecnologias cognitivas internas e externas é, por excelência, um método de sobrevivência. A razão primordial pela qual queremos nos lembrar está ligada a uma questão de simples subsistência. Sistemas cognitivos estendidos e seus perfis computacionais e de resolução de problemas não apenas compõem a nossa biologia, mas também interagem entre si para garantir a permanência do indivíduo e de todo o organismo social que ele integra.

Garantir talvez seja uma palavra-chave nesse contexto. Desde os primórdios da humanidade, o homem, enquanto sistema cognitivo estendido com perfis computacionais e de resolução de problemas, busca esta *garantia* de que a informação

se encontra disponível - e que assim permanecerá - por razões que dizem respeito, sobretudo, a sua própria sobrevivência em um mundo que, a princípio, era um mundo amorfo e incerto. Esse ambiente exigiu do homem uma continua manutenção de suas extensões cognitivas, sejam elas na forma de artefactos, de literatura, de língua ou de todo o aparato social em que se insere. O cérebro humano, impulsionado pela sua plasticidade nativa, se beneficia continuamente dos cruzamentos que ele realiza com a rede circundante de recursos, sejam eles físicos ou abstratos. Segundo Clark (2003) em seu *Natural Born-Cyborgs*, em cada um desses cruzamentos:

> Nossos cérebros e corpos se associam com estas novas ferramentas, de maneira a produzir novos sistemas de pensamento estendidos. Estes novos sistemas de pensamento, por sua vez, produzem novos ambientes de desenvolvimento através dos quais emergem ainda mais categorias de sistemas de pensamento estendido. (p. 197)

Essa complementaridade que existe entre o indivíduo e suas extensões, entretanto, não significa que nossas ferramentas *pensam* por si mesmas. Adaptando os estudos de Arjun Appadurai sobre o conceito de "vida cognitiva das coisas", a ideia proposta por Sutton sobre complementaridade não implica, de forma alguma, que "uma gravata preta que se usa no funeral está performando o luto por você". (2010, p. 06). O arquivo (tal como mencionado no capítulo anterior) à maneira da gravata preta também não tem vida própria, ele também precisa do indivíduo que o acione, que lhe dê sentido. Um superarquivo é, portanto, um arquivo que não pôde ser devidamente acionado pelo indivíduo devido ao excesso de informação nele contido, tornando-se assim uma ferramenta de extensão cognitiva que é falha por excelência.

Antes de ter a necessidade de se lembrar *de tudo*, entretanto, o homem teve a necessidade de se lembrar. Esta matriz mutante de partes biológicas e não biológicas que é a memória tem sido objeto de estudo de pesquisadores de áreas diversas há muitos anos. Para Allan D. Baddeley, embora uma revisão de literatura pareça apontar para o contrário, de fato existe um alto grau de consentimento entre os pesquisadores sobre o que constitui a psicologia da memória humana, e a maior parte desses estudos se constitui através de cruzamentos e comparações entre os estudos sobre a memória de indivíduos considerados *normais* e testes laboratoriais feitos com indivíduos que sofreram danos cerebrais. (2004, p. 01). O estudo de pacientes com déficits de memória sempre desempenhou um papel importantíssimo nesse desenvolvimento, e é provável que continue assim. Para além dos testes laboratoriais, um maior entendimento sobre a psicologia da memória humana se deu apenas nos anos 60 com a lenta erosão do conceito de memória humana como uma faculdade total e unitária.

Essa lenta erosão foi uma consequência da proposta de que a memória de longo-prazo (*long-term memory* ou LTM) e a memória de curto-prazo (*short-term memory* ou STM) representariam sistemas de fato separados. As evidências para tal proposição, é claro, emergiram durante experiências laboratoriais realizadas com dois tipos distintos de pacientes (com e sem danos cerebrais). Pacientes com a síndrome amnésica clássica (que costuma estar associada à danos no hipocampo e nos lobos temporais) demonstraram ser capazes de se lembrar de informações imediatas associadas à memória de curto-prazo, muito embora apresentassem dificuldades de resgatar informações novas após um período de tempo. Com isso, presumiu-se a existência de dois sistemas de armazenamento distintos, sendo um deles de curto prazo e com capacidade muito mais limitada. Ainda segundo Baddeley, estes experimentos também

propuseram que, quanto mais tempo um dado permaneceria no STM, maior a probabilidade de ser posteriormente absorvido pelo LTM. O esquema a seguir ilustra o esquema proposto pelos pesquisadores Atkinson e Shiffrin em 1968:

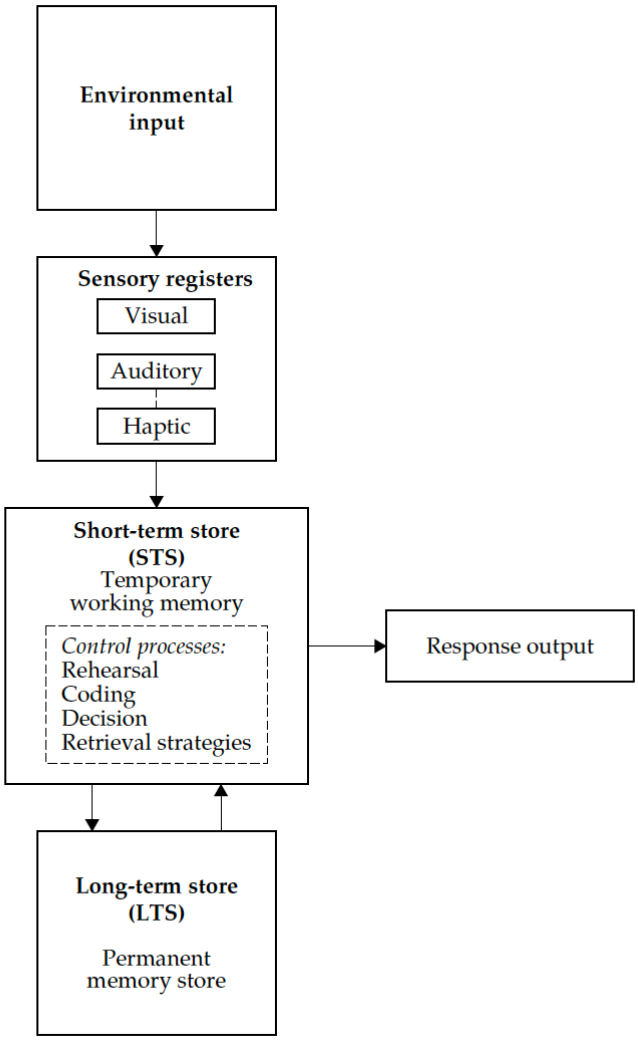


Figura 1. Modelo da memória proposto por Atkinson e Shiffrin. 1968.

Mais tarde, Baddeley & Hitch propuseram uma substituição do conceito de um STM unitário por um sistema mais complexo. Este é o sistema que chamaram de *working memory* (memória de trabalho), de modo a enfatizar a sua importância funcional no processamento cognitivo. O modelo proposto por Baddeley & Hitch é demonstrado conforme a Figura 2:

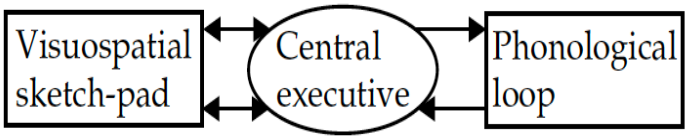


Figura 2. STM, proposto por Atkinson e Shiffrin. 1974.

A *working memory*, que conta com dois outros sistemas auxiliares, o *visuopatial sketch-pad* (bloco de desenho visuoespacial) e o *phonological loop* (loop fonológico), é responsável por controlar e direcionar a atenção do indivíduo. O loop fonológico, opera como um armazenamento rápido que regista memórias por um curto período de tempo e que é combinado a um processo de ensaio subvocal. A LTM, da mesma forma, provou estar fracionada em sistemas menores com diferentes funções. As partes da LTM que se fazem mais evidentes, por sua vez, são a memória explícita (ou declarativa) e a memória implícita (ou não-declarativa).

Segundo Baddeley, existem diversas evidências neuropsicológicas para estas divisões da LTM, sendo a mais curiosa a capacidade de pessoas com amnésia de aprenderem coisas novas (por exemplo, a experiência realizada por Claparède em 1911 em que o pesquisador beliscava a mão de um paciente ao cumprimentá-lo pela manhã e, no dia seguinte, os pacientes recusavam-se a cumprimentá-lo novamente embora não soubessem dizer exatamente o porquê). (2004, p. 5). Enquanto a memória não-declarativa possui uma natureza mais multifacetada, descobriu-se que a memória declarativa depende crucialmente de um sistema que liga o hipocampo aos lobos temporais e frontais (circuito Papez). Esta memória declarativa tem um componente semântico (que diz respeito ao nosso conhecimento genérico do mundo) e um componente episódico (que diz respeito a nossa capacidade de revisitar eventos

autobiográficos, como uma viagem no tempo). O esquema abaixo mostra o modelo da LTM fracionada proposto por Squire em 1992:

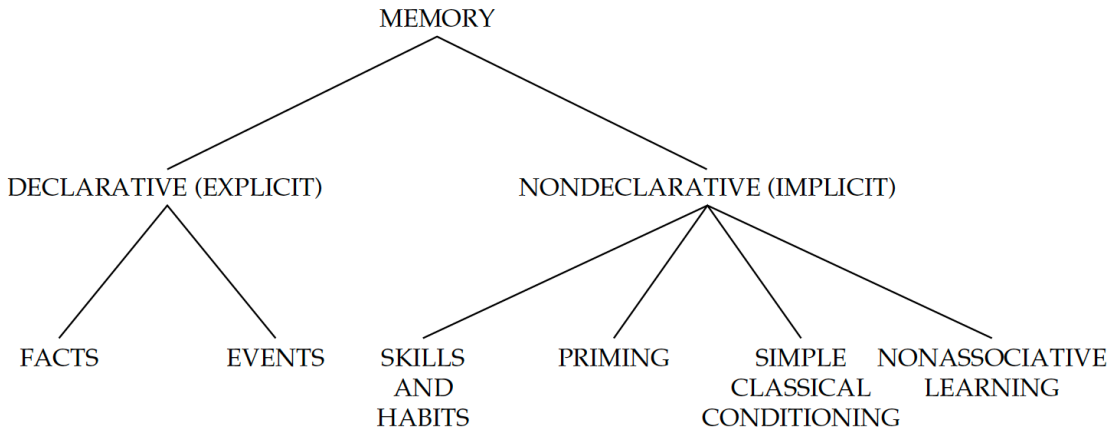


Figura 3. LTM fracionada, proposta por Squire. 1992.

As informações armazenadas pela LTM podem, posteriormente, ser recuperadas de maneira direta (pela memória declarativa) ou, de maneira indireta (pela memória não-declarativa). Tendemos, inclusive, a lembrarmo-nos de temas e palavras através de "aglomerados semânticos", de modo a utilizar um determinado significado como base para a recuperação e codificação de dados diversos. Estes sistemas, embora importantes para nossa capacidade de nos lembrarmos, também são importantes para o processo contrário: o do esquecimento. Para além dos sistemas de codificação, armazenamento e recuperação da informação, temos a habilidade de esquecimento que impede que nossa mente fique entulhado de pensamentos e fatos desnecessários ou indesejados. O processo de esquecimento não-intencional demonstra que nos esquecemos rapidamente dos detalhes sobre o material aprendido e, em vez disso, retemos a apenas essência do nosso conhecimento.

Essa habilidade de nos livrarmos de dados desnecessários e direcionar nossa atenção ao que é realmente importante é também um recurso essencial para a nossa própria sobrevivência. Segundo Daniel J. Levitin em seu *The Organized Mind*, tal capacidade seria responsável por assegurar que os animais não se distraiam com informações irrelevantes, de maneira que um esquilo, por exemplo, apenas se mantém interessado em nozes e predadores, e não em muito mais do que isso. (2016). Ainda segundo Levitin (2016), quando nossos ancestrais protohumanos deixaram a sombra de suas árvores para buscar novas fontes de alimento, eles abriram, simultaneamente, uma vasta quantia de novas possibilidades de nutrição e, por isso, ficaram expostos à novos tipos de predadores. Com isso em mente, estar alerta e vigilante aos indicadores sonoros e visuais da presença de predadores é algo que está diretamente conectado a um aumento na quantidade de informação que deve ser processada (mais especificamente, os dados que devem ser processadas pelo filtro da atenção). (2016). Torkel Klimberg argumenta que, em face às inúmeras distrações provocadas pelo excesso de informação, a *working memory* do homem moderno vem sendo cada vez mais danificada, uma vez que a STM dos cérebros distraídos fica temporariamente incapacitada de transferir conhecimento para o LTM. (2008)

Anatomicamente, é possível afirmar que o *Homo sapiens* moderno evoluiu em torno de 200.000 anos atrás, algures no continente africano. O *Homo sapiens*, posteriormente, teria se dispersado gradualmente ao redor do mundo e substituido os seus contemporâneos, os *Neanderthals*. Um indivíduo remoto que pertenceu à aurora dos *Homo sapiens* terá ocupado os seus dias a criar ferramentas primitivas, caçar, colher frutos e algumas raízes junto do mesmo grupo de indivíduos - que não ultrapassaria mais de cinquenta em número - durante toda a sua vida. Esse mesmo indivíduo remoto

que pertenceu à aurora dos *Homo sapiens* possuía o mesmo volume cerebral que um homem moderno – anatomicamente, nossos cérebros são praticamente idênticos. Entretanto, esse mesmo cérebro precisa processar, agora, a quantidade absurda de informações com que somos bombardeados diariamente na era digital (gozando das mesmas restrições de largura de banda dos homens que desenhavam bisões nas paredes das cavernas).

Em termos de biologia, os seres humanos estão entre as espécies mais bem-adaptadas e bem-sucedidas do planeta até o presente momento, representando juntamente com o seu gado e animais de estimação aproximadamente 98% da biomassa de vertebrados terrestres. Tamanho sucesso se deu, sobretudo, graças as nossas capacidades cognitivas e ao desenvolvimento de tecnologias que servem como extensões das mesmas. Os limites do homem moderno, entretanto, são cada vez menos definidos pelo alcance das suas tecnologias e cada vez mais definidos pela sua própria biologia. Essas limitações biológicas relativas à memória e ao processamento de dados começaram a ser estudadas na década de 1940 quando se deu a Segunda Guerra Mundial e surgiram as primeiras ferramentas de processamento de dados (computadores) criadas com o propósito de decifrar os códigos utilizados por países inimigos.

Na década de 1950, George A. Miller introduz o termo *informação* à psicologia pela primeira vez, e escreve seu artigo *The Magical Number Seven, Plus or Minus Two*. O artigo de Miller analisava as extensões da memória humana e propunha que o número médio de elementos que um indivíduo é capaz de reter ao mesmo tempo na *working memory* seria de aproximadamente sete. Miller também destaca que o cérebro humano, como qualquer outro canal de comunicação teria velocidade mensurável e restrições

compatíveis a ela. Tendo uma largura de banda específica, o cérebro humano não seria assim tão diferente de um fio de cobre ou da fibra óptica, por exemplo. Tal como eles, também estaria restrito à transmissão de uma certa quantia de dados por unidade de tempo.

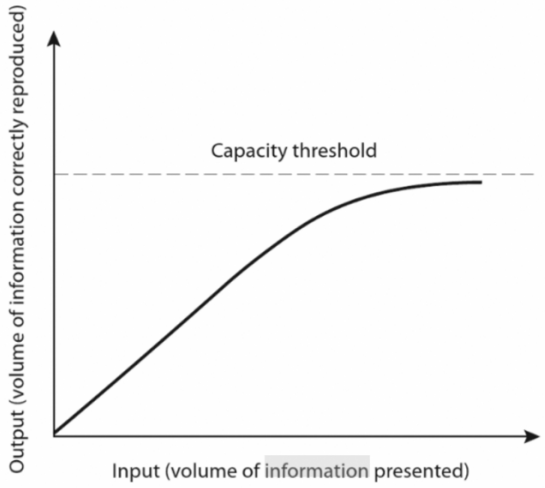


Figura 4. Representação gráfica do limite humano de processamento de novas informações simultaneamente, retirado de Klimberg. 2008.

A tecnologia da informação agora está começando a nos apresentar um tal excedente de informação por unidade de tempo que as limitações de capacidade de nossos cérebros, o que Miller chama de "capacidade de canal", tornaram-se algo que merece maior atenção, ou ainda um olhar mais vigilante no que diz respeito à saúde e ao bem-estar do indivíduo (haverá um maior aprofundamento no contexto destes riscos à saúde e ao bem-estar do indivíduo no capítulo *3 - Superarquivismo e Excesso de Dados*). Klimberg nos alerta para o fato de que, face a sua plasticidade, o cérebro humano não apenas muda quando "perde informação", mas também quando é exposto a um "excedente de informação". (2008) Em seu *The Overflowing Brain: Information Overload and the Limits of Working Memory*, Klimberg (2008) também nos conduz ao seguinte questionamento: se o cérebro humano é anatomicamente idêntico àquele dos

nossos ancestrais remotos (*Homo Sapiens*) então o que poderá ter mudado em nossa biologia para que sejamos capazes de lidar com com esse excesso de dados?

Embora não exista uma resposta única e um consenso entre pesquisadores, existe a possibilidade de que o excesso de dados esteja relacionado ao chamado *Flynn Effect* (Efeito Flynn). Em 1981, o psicólogo e pesquisador James Flynn fez uma descoberta notável: Flynn notou que o QI da população mundial estava aumentando. As pontuações em testes de QI subiram consideravelmente ao longo do século XX, apresentando uma diferença estupenda de 18 pontos ao longo de duas gerações – e essa diferença de pontuação continua aumentando sem parar. Flynn notou, inclusive, que estas diferenças de pontuação não estavam restritas a uma determinada região ou cultura como se pode observar na figura abaixo extraída do artigo *What is the Flynn Effect, and how does it change our understanding of IQ?* de David Schenk (2016):

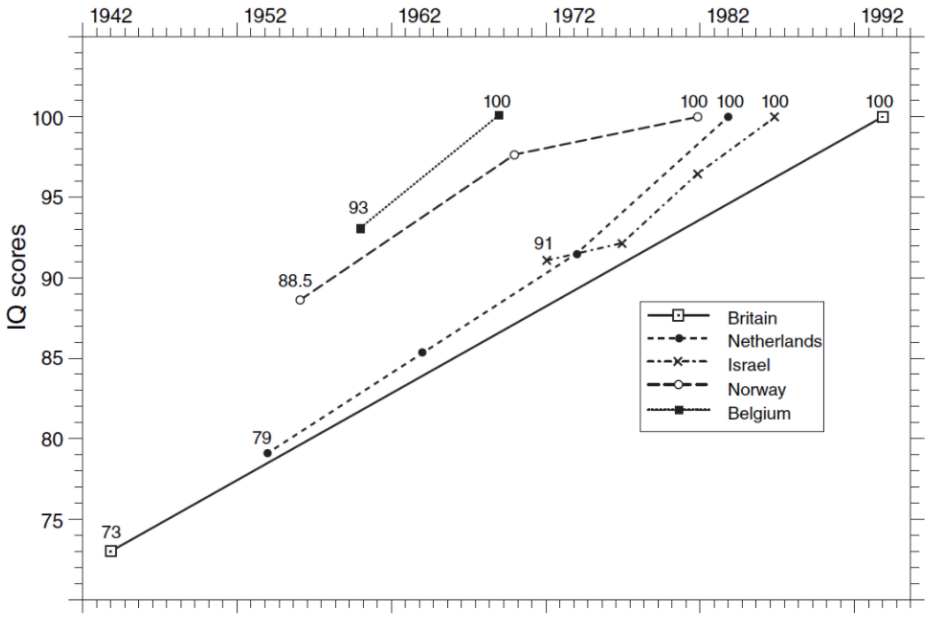


Figura 5. Efeito Flynn, retirado de Schenk. 2016.

Segundo Klimberg, se um jovem adulto de dezoito anos que obteve pontuação média em um teste de QI realizado em 1990 fosse transportado para 1930, este mesmo

jovem adulto teria tido uma performance notável se comparado ao restante dos participantes. (2008). Entretanto, diante dos seus resultados, Flynn não poderia concluir de maneira alguma que a maioria dos nossos ancestrais teriam um 'retardo mental'. A espécie humana, evidentemente, não poderia ter se tornado marcadamente mais inteligente dentro de um período de tempo tão curto quanto cem anos. Com isso em mente, Flynn buscou uma resposta alternativa para justificar o fenómeno, e concluiu que o aumento do QI da população mundial nada tinha a ver com uma mutação genética ou qualquer tipo de modificação biológica ou anatômica, e sim com uma mudança de hábitos. A resposta para o mistério era, segundo Flynn, a cultura. Terá havido, ao longo dos séculos, uma transição de pensamento operacional entre aquilo que seria o pensamento pré-científico e o pensamento pós-científico – em outras palavras, uma mudança no raciocínio abstrato da população. É apenas no sentido do raciocínio abstrato que houve realmente uma melhora significativa, de modo que jovens contemporâneos não se sobressaem em relação aos seus antepassados em conhecimentos gerais e matemática, por exemplo, devido ao Efeito Flynn. Sobretudo, as gerações posteriores experienciam um mundo que é, por assim dizer, mais complexo.

As tecnologias superarquivistas e o excesso de dados são aspectos desse aumento da complexidade do mundo em que vivemos. Para Schenk (2016):

> A sociedade tornou-se mais inteligente - precisa lidar com ideias maiores e mais abstratas ao longo do tempo – e isso terá tornado as pessoas mais inteligentes. Essa observação, combinada com a evidência sólida de que as pontuações [no teste] de QI não são fixas em relação ao indivíduo, nitidamente dissipa a ideia de que a inteligência é uma entidade fixa e inata. (p. 01)

A cultura, tal como a inteligência, não é algo de estático – é sempre instituída e instituinte. Através dos estudos de Flynn, podemos ver com clareza o impacto da cultura sobre a nossa capacidade de memorizar e processar dados (que são por assim dizer, aspectos da inteligência) de modo que pensar a cultura contemporânea como algo que se exprime no excesso é pensá-la como um agente que tende a modificar o indivíduo contemporâneo em favor desse excesso.

Nos cabe questionar, agora, se não estão para acontecer (ou se já não estão a ocorrer) novas transições de pensamento operacional como as mencionadas por Flynn, porém desta vez no contexto das tecnologias superarquivistas. Talvez, o excesso de dados já terá produzido mudanças significativa no raciocínio abstrato da população. Assim como terá havido uma transição do pensamento pré-científico para o pensamento pós-científico, existem inúmeras indícios (alguns deles apontados nesta pesquisa) desta que seria a transição do pensamento pré-excesso para o pós-excesso.

Ao longo deste capítulo, pudemos enumerar e esclarecer alguns aspectos da memória humana e das razões biológicas e extrabiológicas que nos levam a armazenar informação em diferentes meios. É evidente que o armazenamento de dados é uma necessidade humana que visa dar forma e sentido a nossa própria natureza e à natureza do mundo em que habitamos, que visa acionar diferentes cruzamentos e sistemas de pensamento que produzam outros sistemas de pensamento mais complexos, e que visa também mobilizar e integrar diferentes extensões da memória, sejam elas em formato material – como ferramentas – ou abstrato – como o conceito de viver em sociedade -, de modo que estas extensões, por sua vez, garantam a preservação da informação que é tão essencial para a preservação da própria raça humana, para a sua subsistência. Também concluímos que, de alguma forma, todas estas necessidades sempre estão

relacionadas a transformações na esfera cultural. O Efeito Flynn é um dos muitos produtos das mudanças no raciocínio abstrato da população que derivam destas transformações na esfera cultural, e seria um engano pensar que ocorrências como o Efeito Flynn não tornarão a ocorrer no futuro em diferentes contextos. Com isso em mente, é importante esmiuçar os efeitos das transições de pensamento que estão ocorrendo no momento presente por influência das tecnologias superarquivistas e pensar de que maneira podemos tirar melhor proveito de tais transformações do raciocínio abstrato quando este é confrontado pelo excesso de informação.

3. Superarquivo e Excesso de Dados

Ao sermos confrontados com as vastas quantidades de informação e de dados que são próprias da nossa atual cultura de superarquivo, o indivíduo moderno se depara com adversidades que dizem respeito a uma falta de sincronia entre tecnologia e a sua própria humanidade, ou seja, uma falta de sincronia com as suas limitações biológicas, psicológicas, cognitivas e outras de suas subjetividades. Em *3.1 – Contradições do Armazenamento Ilimitado*, me proponho a enumerar e explorar com mais profundidasde essas forças de oposição que emergem da falta de sincronia entre homem e superarquivo, bem como as consequências que ela apresenta para o bem-estar do mesmo. A seguir, *3.2 – A Importância do Esquecimento na Era Digital* apresenta o debate sobre a busca de uma maior harmonia entre memória e esquecimento no contexto do armazenamento ilimitado, e como isso pode trazer benefícios para o indivíduo e a sociedade.

3.1 Contradições do Armazenamento Ilimitado

Muito embora nossas tecnologias não possuam uma capacidade de armazenamento que seja propriamente ilimitada, temos algo que é suficientemente próximo disso para aqui tratá-las como tal. Dessa capacidade quase infinita das tecnologias superarquivistas emergem, entretanto, inúmeras contradições. A maior parte delas está relacionada ao contraste existente entre o volume/capacidade de armazenamento de informação e a capacidade humana de processar, acionar e movimentar esses dados. Como demonstrado no capítulo anterior, a *working memory* de um indivíduo possui uma largura de banda específica e tal como qualquer canal de comunicação possui restrições. É verdade que, mesmo conscientes dessas restrições, ainda armazenamos uma quantidade de informação muito maior do que somos capazes de processar e acionar. Nossos dispositivos móveis estão sobrecarregados com fotos, videos e históricos de conversas que se acumulam interminavelmente, e as *clouds* se consolidaram como bibliotecas verdadeiramente estáticas. Ao passo que nos poupam da necessidade de estarmos constantemente selecionando os dados que nos são realmente importantes, estas bibliotecas estáticas fazem com que a nossa memória espelhe essa natureza estática. Se por um lado este não-enfrentamento dos dados constitui uma renúncia, e o hábito da renúncia terá tornado aquilo que era para ser uma extensão da mente em uma muleta, por outro lado, ainda que tivéssemos a disposição para confrontar esses dados, não teríamos a capacidade necessária para processar o enorme volume de informação sem que haja uma considerável queda na qualidade das decisões a serem tomadas. Esta é apenas uma das inúmeras contradições que permeiam o armazenamento ilimitado, próprio das tecnologias superarquivistas, e, neste capítulo, iremos explorá-las mais a fundo.

Segundo Leviting (2016), estima-se que a capacidade de processamento da mente consciente seja de aproximadamente 125 bits por segundo. Esta largura de banda compreende o limite de velocidade de tráfego de informação que podemos prestar atenção conscientemente num dado momento. Nesse contexto, Francis Heylighen (2002), em seu artigo *Complexity and Information Overload in Society*, argumenta que:

> Muito embora esses resultados sejam insignificantes em comparação com os computadores atuais, está claro que o cérebro ainda possui uma série de poderes profundos que os computadores não possuem e, portanto, é muito difícil calcular a sua verdadeira capacidade. A memória de longo prazo é muito mais poderosa e pode armazenar milhões de conceitos, embora seja a memória de curto prazo que usamos para pensar, decidir e resolver problemas em tempo real. (p. 13)

Ao mesmo tempo que muita coisa se dá na superfície, muita coisa acontece abaixo do limite de nossa consciência, e nesse aspeto somos consideravelmente diferentes de uma máquina.

A transformação de dados em conhecimento é algo de grande relevância nesse contexto. Note que existe uma grande diferença entre dados e conhecimento. O arquiteto da informação norte-americano Richard Saul Wurman (2012) destacou que "grande parte daquilo que presumimos ser informação são na verdade apenas dados ou pior" e conclui afirmando que "na era da fome por informação, quase sempre é permitido que dados possam vir mascarados de informação." Tradicionalmente, o termo *informação* implica o ato de informar, o que implica o ato de comunicar, o que por sua vez implica tanto comunicador(es) como comunicante(s), de modo que a comunicação é um processo interativo e não-estático. Note que, tudo aquilo que diz respeito à natureza da comunicação parece estar em oposição à natureza das tecnologias

superarquivistas, que por sua vez criam ambientes estáticos, aonde há imensos dados e pouquíssima informação.

Diante do excesso de dados e da pouca informação, alguns hábitos negativos começam a ganhar espaço. Por exemplo, cada vez mais lemos sem realmente compreender, vemos sem notar, e ouvimos sem escutar (Wurman, 1989b). As capacidades tecnológicas modernas terão levado à proliferação de dados e acesso sem precedentes a eles, entretanto essa grande proliferação de dados não implica necessariamente uma proliferação de conhecimento. Tendo em mente que, por grande parte da história, a informação era um recurso escasso e de grande valor para a pequena elite que tinha acesso a ela, hoje a informação se manteve um recurso escasso devido ao lixo de dados debaixo do qual está soterrada.

Data vs Information vs Knowledge Table:

Data	Information	Knowledge
Data is generally unrefined, basic, and unfiltered.	Information refined, structured, and evolved from raw data ready to be analyzed.	Knowledge exists in users and is stored through various human experiences whose insights are applied to information and data.
Data has all the elements of an analysis.	Information is data but with context.	Knowledge is but information which has nuance.
Data requires organizations before they become information.	Information requires to be put into context to become knowledge.	Knowledge governs a body of information, experiences, and techniques, coalescing around a specific subject.
Data flow is unmitigated.	Information regards a flow of messages.	Knowledge is the flow governing information, anchored in commitment and beliefs of its holder.
Data is discrete and objective facts or records of events or transactions.	The information has the qualities of conveying and communicating, impacting judgments, and behavior.	Knowledge is hybridized and is a fluid mixture of experiences, contextual information, and insights that establish a framework for evaluation.

Figura 6. Diferença entre dados, informação e conhecimento, retirado de Analytixlabs, 2021.

Em suas *Leis da Data Smog*, do seu livro *Data Smog,* David Schenk observa que o que nos é vendido não é propriamente tecnologia da informação, mas sim *ansiedade da informação*, e que computadores não são nem humanos nem humanizados. (1998, p.13). Muito embora as tecnologias da informação juntamente com uma maior estimulação cognitiva tenham nos tornado mais inteligentes, também nos tornaram mais

ansiosos. Em parte, isso se deve à dificuldade do homem em separar informação de dados, ou simplesmente informação de informação inutil/de baixa qualidade. Cada vez mais, os nossos hábitos de renúncia e a confiança absoluta na *cloud*, algoritmos e outros dispositivos que selecionam e armazenam informação por nós, nos tornam mais suscetíveis a perder o controle sobre a informação que consumimos e que queremos consumir. O hábito da renúncia em exercitar a curadoria dos nossos dados também nos deixa mais expostos àquilo que Schenk definiu como *data smog*, que constitui uma superabundância de informação de baixa qualidade. Segundo Heylighen (2002), o excesso de informação combinado com o *data smog* - que advém da facilidade de publicação e armazenamento -, induz a situações de estresse, de ansiedade, de alienação, de erros de julgamento potencialmente perigosos, e é prejudicial até mesmo para a produtividade econômica como um todo. (2002, p. 01).

Embora as tecnologias de seleção e armazenamento da informação tenham vindo para reduzir a fricção do ato de processar dados, o excesso de informação por elas produzido acarreta uma redução considerável do controle e previsibilidade do processamento de dados. Em outras palavras, estamos perdendo nossa habilidade de processar dados de maneira assertiva. Essa redução da assertividade foi estudada pelo professor de ciências políticas Bertham Gross, que cunhou o termo *information overload* em 1964. Posteriormente, o termo foi popularizado pelo escritor e futurólogo americano Alvin Toffler em seu livro Future Shock, publicado em 1970. Segundo Gross, em seu *The Managing of Organizations,* (1964) o que ele define como *information overload* se dá quando uma quantidade de dados adicionados a um sistema excede a sua capacidade processamento.

Dentro deste cenário, os indivíduos responsáveis por tomar decisões acerca dos dados coletados – desde decisões complexas até uma simples limpeza do álbum de fotos do telemóvel - certamente têm capacidades cognitivas limitadas e, portanto, quando a sobrecarga de dados ocorre é provável que haja uma considerável queda na qualidade das decisões a serem tomadas. Em seu *A Generation of Information Anxiety: Refinements and Recommendations*, Paul A. Hartog (2017), observa que:

> *Information overload* é um conceito-ponte que conecta o excedente de informação (uma realidade externa) com uma resposta de natureza psicológica que constitui um sentimento de sobrecarga e exaustão (uma realidade interna) e que, afinal, somos pegos na lacuna existente entre a proliferação de dados e do conhecimento sobre o que fazer com todos esses dados. (2017, p. 46).

Isso implica, é claro, que uma parcela considerável da informação será ignorada, esquecida, distorcida e, eventualmente, perdida.

De acordo com Wurman, um indivíduo em situação de sobrecarga de informações não só perderá informações potencialmente importantes, mas, também, estará ciente de que algo está faltando, sem saber exatamente o que está faltando e, portanto, sentindo uma perda de controle. (1990). Esta perda de controle é um traço muito característico das tecnologias superarquivistas: temos total conhecimento de que acumulamos informações demais, entretanto, a essa altura já não temos mais meios de filtrá-las. A medida que a tarefa é abandonada ou adiada indefinidamente, as bibliotecas estáticas se multiplicam das mais variadas formas e nas mais variadas mídias e dispositivos. As extensões do quanto está sendo perdido ao ser abrigado em arquivos estáticos são difíceis de definir e despertam um sentimento qualquer de perplexidade.

É verdade que, quanto mais tempo o indivíduo fica sujeito a situações de *information overload*, maiores são os efeitos negativos sobre o seu bem-estar emocional e mental. Isso não apenas tem um impacto relativamente grande sobre o indivíduo, mas também na sociedade como um todo uma vez que, para a população em geral, a experiência resultante de uma complexidade cada vez maior tende a levar à alienação, a sentimentos de impotência e inaptidão, à falta de sentido e falta de compreensão das decisões tomadas pelas instituições de poder que, para Heylighen (2002), fracassam em sua função de conter ou amenizar essas complexidades.

É verdade que as tecnologias superarquivistas surgiram para reduzir complexidades – mais especificamente aquelas que envolvem o ato de selecionar e armazenar informações - entretanto, elas também terão criado novas complexidades, e elas continuam a se multiplicar. Para além do *information overload*, o psicólogo David Lewis também propôs o termo *Information Fatigue Syndrome* (Síndrome da Fadiga de Informação) ao descobrir através de uma pesquisa mundial realizada com gerentes de estabelecimentos que dois terços destes indivíduos sofrem com problemas de saúde devido ao longo período de exposição à sobrecarga de informações no dia-a-dia. Os sintomas resultantes, de acordo com Lewis, poderiam variar entre dificuldades em memorização até depressão profunda. Isso ocorre porque uma das condições básicas para o bem-estar do indivíduo é que os desafios cotidianos com que se depara possam corresponder minimamente as suas habilidades e capacidades.

Com o passar dos anos, outras definições relacionadas ao *information overload* de Bertham Gross foram surgindo, tais como *Info-glut* ou fartura de informação (Biggs, 1989, pp. 411-429) que diz respeito ao excesso de informações devido à facilidade de publicação da era digital e os meios automáticos de acessá-las; a *Infobesity* (informação

+ obesidade) que diz respeito ao acúmulo de informações, por exemplo o fenômeno das bibliotecas digitais estáticas; *Infoxication,* que constitui uma intoxicação pela informação, ou seja, o indivíduo ávido por receber constantemente informações novas cria uma dependência psicológica e, mais tarde, um vício, de maneira que eventualmente fica intoxicado em função do grande volume de informação consumida (ambos *infobesity* e *infoxication* são propostos por Schenk); e, também, um *information junkie*, termo proposto por Dean (2015), caracterizaria o indivíduo que não se farta de consumir informações de qualquer tipo, não importando se elas são ou não de boa qualidade.

No *BusinessDictionary* (2021) online, o termo *information anxiety* (ansiedade da informação) é definido como "o custo humano da sobrecarga de informação". Algumas das causas dessa sensação de ambiguidade e incerteza podem incluir a informação que vem "isolada", informação em quantidades excessivas, indexação ineficiente ou procedimentos de busca falhos. Wurman (1989a) define o termo como "o buraco negro existente dados e conhecimento". Michael McCarthy, por sua vez, se refere à *information anxiety* como um tipo de "estupor, um sentimento de que simplesmente não podemos acompanhar, não podemos ler rápido o bastante, não conseguimos localizar a informação necessária, não temos tempo o suficiente para classificarmos ou pensarmos a respeito de todos os dados que nos rodeiam". (1991, p.12). John Girard (2008) em seu artigo *Information Anxiety: Fact, Fable or Fallacy*, menciona os cinco tipos distintos de ansiedade da informação propostos por Wurman: a sensação de não saber se uma informação existe; a sensação de não compreender uma informação; a sensação de não saber se determinada informação existe de fato; a sensação de não saber aonde localizar

a informação necessária; e a sensação de saber exatamente aonde se encontra a informação, mas não ter acesso a mesma. (p. 112).

No mesmo artigo, Girard (2008) também levanta uma questão de grande importância: existirá uma diferença entre *information overload* e *information anxiety*? Ou seja, será este um problema que diz respeito apenas à *quantidade* ou outros desafios relativos à informação também podem fazer a diferença? Para responder esta questão, pesquisadores desenvolveram métodos para determinar se os participantes dos seus experimentos realmente percebiam uma diferença entre *information overload* e *information anxiety*. Os resultados, entretanto, foram relativamente ambíguos e conflitantes. De acordo com Heylighen, "em situações práticas é muito difícil estimar com precisão quanta informação um determinado indivíduo pode assimilar." (2002, p. 13).

Da mesma maneira que é difícil determinar o quanto um indivíduo pode assimilar, é difícil analisar com precisão as suas experiências subjetivas quando confrontados com o excesso de dados, o que torna particularmente difícil responder à questão levantada por Girard (2008). Uma tal apreensão em encontrar, selecionar, processar, interpretar, gerenciar e aplicar informações se deve, segundo W. Conhaim, à "lacuna cada vez maior entre o que entendemos e o que pensamos que devemos entender". (2001, p. 11). Note que, no contexto do superarquivismo, algo muito semelhante ocorre em relação aos arquivos estáticos: existe uma lacuna cada vez maior entre os dados que nos são realmente importantes e os que pensamos ter importância.

Segundo Girard (2008), a questão da ansiedade da informação em seu sentido mais amplo e seus efeitos sobre indivíduos e organizações começou a ser estudado já a partir do século XVII, tendo sido mencionada pela primeira vez no livro *The*

Advancement of Learning de Sir Francis Bacon. (2008, p. 111). Desde que o conceito foi popularizado por Wurman na década de 1990, muitos líderes dos negócios e organizações tem tentado confrontar os desafios relativos à ansiedade da informação. Sobretudo, a ansiedade da informação diz respeito aos nossos hábitos e a nossa relação com a tecnologia. As redes sociais, a web, os dispositivos de armazenamento ilimitados e as *clouds*, todos eles contribuem para a criação de um indivíduo mais ansioso e com menos controle da informação. J. Fox (1998) como citado em Hartog (2017), enumera quatro fatores que contribuem para o aumento da *information anxiety*, são eles: 1) o volume e a velocidade em que a informação é disseminada está acelereando; 2) nossa educação e treinamento não nos preparam para lidar com a explosão de informação; 3) grande parte dos sistemas criados para organizar e armazenar informação e suas fontes não são apropriadas para indivíduos cujo lado direito do cérebro é o lado dominante; 4) valores, hábitos e atitudes muito bem enraizados que antes podem ter sido úteis e desejáveis, mas que hoje atrapalham o aprendizado e nossa maneira de lidar com novas realidades. Vemos, portanto, que é preciso tratar a questão da ansiedade da informação de maneira holística – é um problema de ordem tecnológica, social, psicológica, econômica, cultural, e, em algum grau, até mesmo de ordem pedagógica.

Wurman (1989b) como citado em Hartog (2017) enumera em seu *Information overload: What to do when anxiety cripples you* alguns sinais reveladores de que um indivíduo sofre com ansiedade da informação, dentre eles uma necessidade crônica de dizer que não consegue acompanhar as informações que o rodeiam; dedicar um tempo muito maior do que o necessário para acompanhar notícias que não possuem impacto cultural, econômico ou científico signifcativo em sua vida; conscentir com a cabeça e outras expressões corporais quando alguém menciona um livro, artista ou notícia

totalmente desconhecidos pelo indivíduo; sentir-se profundamente envergonhado em admitir que desconhece ou pouco ouviu dizer a respeito de uma informação. Para além de estar exposto à informação, a mesma ansiedade ocorre quando do excesso de informação armazenada. Não apenas nos sentimos impelidos a processar a informação que nos chega como também a informação pré-existente que se mantém estática até o momento.

Transformar dados em informação e orientar o conhecimento adquirido de modo que este se mantenha ativo e ganhe significado não é sempre uma tarefa fácil. Para além disso, a maneira como nos relacionamos com os dados (curadoria) também terá um grande impacto na maneira como armazenamos os dados (memória). É possível dizer que curadoria e memória são os pilares que sustentam a cultura da informação, de modo que qualquer mudança em nossos hábitos de curadoria e de preservação da memória implica seguramente uma mudança cultural. Nos últimos anos, pudemos constatar que problemas como *information anxiety* e *information overload* pressupõem certamente uma falta de equilíbrio e estabilidade desses dois pilares da cultura, e isso se deve em grande parte às tecnologias superarquivistas, ao volume excessivo de informação produzido na era digital e à falta de controle que temos sobre essas tecnologias.

Concluímos, portanto, que uma exposição prolongada à ansiedade da informação e ao excesso de dados podem ser bastante prejudiciais ao bem-estar do indivíduo. As tecnologias superarquivistas, a medida que nos tornaram mais engenhosos, tornaram-nos mais suscetíveis à ansiedade, alienação e à perda do controle. Estas e outras contradições que emergem do contraste existente entre a capacidade de armazenamento das nossas tecnologias e a capacidade humana de processar informação demonstram que, cada vez mais, as tecnologias que buscam apaziguar certas

complexidades do cotidiano acabam por criar novas complexidades ainda mais desafiadoras.

3.2 A Importância do Esquecimento na Era Digital

Em seu conto, *Funes o Memorioso*, o escritor argentino Jorge Luiz Borges descreve o dia-a-dia de um homem incapaz de se esquecer. Irineu Funes pode revisitar tudo o que viu, ouviu e sentiu ao longo de toda a sua vida, até mesmo os detalhes mais insignificantes como o formato de uma nuvem, ou a espuma de um remo no rio. “Uma circunferência num quadro-negro, um triângulo, um retângulo, um losango são formas que podemos intuir plenamente; o mesmo acontecia a Irineu com as emaranhadas crinas de um potro, com uma ponta de gado numa coxilha, com o fogo mutável.” (Borges, 1944, p. 53). O próprio Irineu Funes descreve sua mente como sendo um *despejadouro de lixos*. Em determinado momento, o visitante de sua casa que narra o conto faz uma observação muito sensata a respeito do memorioso: suspeitava que Irineu não era muito capaz de pensar. Pensar, segundo o visitante, seria esquecer diferenças, generalizar e abstrair.

Em *Funes o Memorioso,* Borges faz uso dos habituais cenários hipotéticos cheios de perplexidades para falar da natureza do esquecimento. Do seu ponto de vista, o esquecimento é o que dá energia e definição para o pensamento – um pensamento capaz de ser verdadeiramente objetivo, desempedido e útil. A memória de Funes não é diferente, por assim dizer, de um arquivo estático. Tanto em *Funes o Memorioso* como em *A Biblioteca de Babel,* Borges chama a atenção do leitor para as contradições do excesso de dados, porém, ao contrário dos bibliotecários da biblioteca infinita, Funes é

um super-humano capaz de vencer nossas limitações biológicas. Entretanto, contornar as limitações biológicas do ser humano não torna o destino de Funes menos miserável. Ter acesso a todos os dados e até mesmo a todos os dados processados não nos torna mais inteligentes - pelo contrário, nossa inteligência talvez se encontre justamente na seleção daquilo que é e do que não é realmente importante.

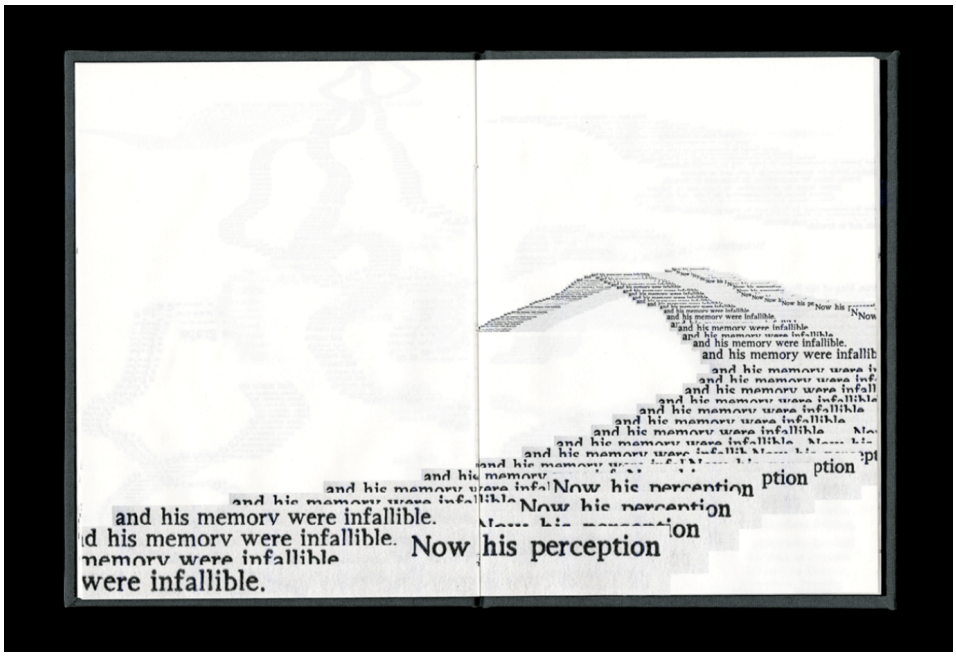


Figura 7. Uma interpretação visual do conto de Jorge Luis Borges *Funes, o Memorioso* explorando o tema da memória e suas ramificações, por Samuel Bloch. 2017

Quando inserida no contexto da era digital, a questão da natureza do esquecimento ganha um número ainda maior de dimensões. Isso porque não somente usuários tem um problema com o esquecimento, mas também os próprios dispositivos e tecnologias. Nossos dispositivos digitais tendem a favorecer o não-esquecimento, de modo que o não-esquecimento se tornou o padrão na era digital. Para Borges, uma das condições para recordar é ser capaz de esquecer. Nesse sentido, as tecnologias superarquivistas não parecem estar em sincronia com seus usuários. Esta falta de sincronia entre usuário e dispositivo é algo que permeia diversos aspetos da era digital, e dela emergem as muitas contradições que afetam o bem-estar do indivíduo.

Wendy Moncur, em seu artigo *Living Digitally,* argumenta que, muito embora estejam entrelaçadas, nossas vidas físicas sociais e digitais possuem inúmeros aspetos síncronos e assíncronos. (2016, p. 108). No que diz respeito ao esquecimento, um rápido exame de consciência nos leva a acreditar que os aspectos assíncronos parecem prevalecer. Embora os repositórios digitais garantam que a informação seja preservada no seu sentido físico (zeros e uns), não podem garantir que esta se mantenha relevante para seus usuários. A longevidade da informação talvez tenha pouco ou muito pouco a ver com sua preservação física – e, no contexto do excesso de dados, isso se intensifica ainda mais.

É verdade que, para bem ou para mal, os repositórios digitais pouco entendem sobre relevância da informação. Esta falta de sincronia entre os repositórios digitais e aquilo que é relevante para os usuários faz com que o primeiro caminhe para ações despropositadas. A exemplo disso está a preservação arbitraria de informações que, embora tenham sido importantes em um primeiro momento, já deixaram de ser no presente; ou, pior, de informações que definitivamente não gostaríamos que continuassem a existir no presente. Essa fantasmagoria dos dados que é própria do superarquivismo, permanece assombrando os usuários mesmo que ele não tenha conhecimento disso. As extensões de tal fantasmagoria são quase sempre desconhecidas, de maneira que oportuniza ainda mais a existência de uma assimetria da informação.

É verdade que nenhuma tecnologia pode ser bem-aceita sem que seja confrontada com uma periódica desconfiança. Nesse sentido, Viktor Mayer-Schönberger, em seu *Remembering to Delete*, argumenta que grandes plataformas online (como o Facebook, por exemplo), que já se tornaram repositórios globais de

memórias digitais, têm gerado um número crescente de casos em que indivíduos foram prejudicados por memórias digitais. (2018, p 118). Mayer-Schönberger observa, inclusive, que a maior parte do debate existente até o momento em torno dessa crescente desconfiança diz respeito à questões de privacidade, autodeterminação informacional e poder informacional. (2018, p. 119).

A deleção de dados é principalmente de interesse privado - é uma maneira de garantir a proteção da nossa liberdade pessoal. Isso não significa, entretanto, que queremos estar *ativamente* deletando e selecionando os dados que cremos serem importantes para nós e desempenhar o papel de diligentes curadores. O indivíduo moderno, ao mesmo tempo que almeja proteger sua liberdade pessoal, almeja preservar toda a sua informação e ainda fazer isso automaticamente, com o mínimo de participação. Em tempos anteriores, essa proteção através da deleção de dados se dava naturalmente uma vez que havia restrições inevitáveis de armazenamento físico disponível, de modo que o conteúdo mediado não apenas era limitado como também estava sujeito às *limpezas* ocasionais. Éramos curadores diligentes por necessidade, não por escolha – mas isso certamente trazia benefícios para a proteção das liberdades pessoais.

Se no passado costumávamos ser desfavorecidos pelas condições autolimitantes da produção, compartilhamento e armazenamento da informação, no presente ela nos desfavorece pela ubiquidade – ubiquidade esta que terá sido almejada e antecipada antes e durante a revolução digital. E não apenas a ubiquidade da informação teve grande impacto em nossa capacidade de esquecer - existem outros fatores decisivos que moldaram nossos hábitos superarquivistas tais como a facilidade com que produzimos e compartilhamos dados; a durabilidade e volatilidade dos dados digitais; globalização;

perda do controle da informação pessoal disponível na Web e outros dispositivos; a natureza responsiva, ao invés de pró-ativa, dos desenvolvedores de tecnologias superarquivistas; as complexidades em torno da propriedade de conteúdos criado e reproduzido digitalmente.

Os riscos a que expomos nossas liberdades pessoais, dignidade e autonomia na era do superarquivismo são imensos. O direito à privacidade e à autodeterminação informativa são frequentemente apontados como pontos fulcrais para limitar o avanço de ingerências que fragilizam o Estado Democrático de Direito, e o esquecimento tem um papel importante a ser desempenhado nesse contexto. O esquecimento na era digital pode e deve ser pensado como uma ferramenta. A instrumentalização do esquecimento, entretanto, ainda é relativamente ousada e inexperimentada. Embora tenhamos presenciado alguns períodos em que terá havido aquilo que Mayer-Schönberger chama de *renascença da efemeridade* – em sua maior parte como uma reação à prevalência de ferramentas digitais que estão capturando nossas vidas de forma abrangente e preservando essa memória digital por décadas com fácil acesso -, aspetos destes períodos ainda parecem oscilar à maneira de uma tendência ao invés de serem permanentemente incorporados aos nossos hábitos e tecnologias.

Essas oscilações e experimentações são prova de que as tecnologias superarquivistas ainda se encontram em sua fase frágil e embrionária, ao contrário do que se possa pensar. O indivíduo moderno e a sociedade ainda procuram experimentar o que pode ser uma solução para a superabundância de informação ao passo que buscam um equilíbrio entre inovação tecnológica e autocrítica, entre regulação e eliminação de tudo aquilo que constitui um perigo para os seus direitos fundamentais essenciais ao

desenvolvimento livre de sua personalidade. Em outras palavras, é necessário evitar uma tirania da informação sem que ocorra um estiolamento da cultura da informação.

Ao analisar o contexto da deleção da informação, Mayer-Schönberger (2018) fez uma descoberta curiosa sobre os hábitos dos usuários de tecnologias superarquivistas. Segundo Mayer-Schönberger, uma vez que nossas ferramentas digitais tendem a favorecer o não-esquecimento dos dados, os consumidores e cidadãos, quando têm a possibilidade de escolher, frequentemente tendem a optar pelas ferramentas digitais favoráveis ao esquecimento, desde mídias sociais até mecanismos de pesquisa e publicidade online. (2018, p. 118). Isso talvez nos dê uma pista significativa sobre a verdadeira natureza dos usuários de tecnologias superarquivistas. Ao contrário do que muito se ouve dizer, o indivíduo moderno não vive sua vida digital sempre de forma modesta e irrefletida: talvez, apenas nunca tenha sido confrontado com uma escolha antes, talvez nunca tenha tido esse direito realmente. Diante da descoberta de Mayer-Schönberger (2018) nos cabe fazer a seguinte reflexão: por que os usuários optam pelo esquecimento quando a natureza da sua cultura da informação anseia pelo contrário?

A resposta para essa questão talvez resida naquilo que Karen R. Brandt chama de *directed forgetting* (esquecimento direcionado), que caracteriza a nossa habilidade de esquecer informações de maneira intencional ou simplesmente impulsionada pelos mecanismos de auto-defesa de nossa mente. Em primeiro lugar, é importante frisar que o ser humano tem uma tendência muito maior em se lembrar ou ser estimulado por informação *emocional* (informação de natureza positiva ou negativa) do que por informações *neutras*. Nossa capacidade de esquecimento direcionado, minimiza a fricção e o desgaste causado pela informação *emocional* que absorvemos. Segundo Brandt, esse mecanismo nos traz imensos benefícios já que elimina memórias que não

são mais relevantes para nós, incluindo aquelas que impedem nossa habilidade de sermos funcionais. (2016, p. 267). Tendo isso em mente, é sensato dizer que não existe informação *emocional* mais intensa e exigente do que aquela que diz respeito a nós mesmos. A respeito do não esquecimento de informação que diz respeito ao próprio indivíduo, Mayer-Schönberger (2018) reforça que:

> Ser a favor do esquecimento é importante não somente porque outros podem acessar seu passado, mas também porque pode ser problemático para si próprio ter acesso ao próprio passado. O esquecimento torna nossa existência suportável à medida que reduz o fardo do nosso passado. (p. 119).

Não por acaso, Derakshan e Eysenck (1997) como citado em Brandt (2016) salientam que indivíduos cuja natureza psicológica possue mecanismos de enfrentamento do tipo *repressivo* tendem a minimizar, dissociar e, portanto, esquecer-se do nível de negatividade (informação *emocional*) que vêm experimentando com mais intensidade e facilidade do que outros indivíduos. O esquecimento nos proporciona uma proteção contra outros e contra nós mesmos.

As pressões contra uma cultura do esquecimento são variadas: há pressões feitas por nós mesmos, há pressões de natureza comercial e há pressões de natureza política. Muito embora todas estas tenham um peso significativo, é a pressão de natureza política que exerce maior influência sobre todas as outras. Não por acaso, grande parte do debate sobre deleção de dados gira em torno das questões de poder informacional, assimetria da informação e supervigilância. Existem infinitos casos ao redor do mundo de denúncias feitas contra a supervigilância do Estado - que muitas vezes procura justificar seus atos de violação da privacidade como uma forma de promover a segurança pública, a exemplo das políticas anti-terror adotadas pelos EUA nas últimas

décadas. Há quem diga que, na era do superarquivismo, é o indivíduo que realmente necessita de mais recursos e mais autonomia para proteger os seus dados – sobretudo quando as políticas públicas do seu país vão de contra estes interesses.

Existe, no entanto, uma outra face desta promoção de medidas que visam barrar políticas de supervigilância que é apontada por Christoph Graf em seu artigo *Remembering Prevails Over Forgetting: Archiving of Personal Data in the Analog and in the Digital Age*. Graf argumenta que um dos impactos da digitalização e arquivamento de dados pessoais se dá, em suas palavras, "na forma de novas leis de proteção radicais e fundamentalistas" (2018, p. 213), e utiliza como exemplo o novo regulamento de proteção de dados da União Europeia. Esse novo regulamento visava, em princípio - e na versão final com algumas exceções - que os dados pessoais fossem apagados após o período de sua utilidade administrativa expirar, e considerava a pessoa em causa como sendo a verdadeira proprietária dos seus dados pessoais, dotados de poder de decisão sobre sua preservação ou sua exclusão. Com base nesse exemplo, Graf salienta que a cultura da autonomia informacional que vêm se fortalecendo nos últimos anos é uma "ilusão com ênfase unilateral – e, portanto, inapropriada – na liberdade individual". (2018, p. 213). Esta ênfase no indivíduo seria, em sua opinião, descabida uma vez que desconsidera e interpreta mal a ideia de *contrato social* existente entre cidadão e Estado, em que ambas as partes necessitam uma da outra e, portanto, buscam equilibrar seus serviços e obrigações. Para Graf (2018), esta forma neoliberal e radical de abordar questões sobre autonomia informacional e a obsessão com a privacidade impede que o Estado desempenhe sua função de coletar dados com o objetivo de promover a pesquisa e um maior entendimento do seu próprio passado e presente.

Não surpreendentemente, o esquecimento na era digital também está permeado de contradições, a exemplo destas apontadas por Graf (2018). Muito embora isso possa gerar uma certa rigidez no debate, é evidente que não podemos nos tornar refratários a novas perspectivas sobre autonomia informacional, em especial as que nos conduzem a uma atitude mais moderada, menos efervescente. Ainda precisamos lidar com o fato de que até uma custódia ideal e total dos seus dados ainda seria limitada, por exemplo, pelo tempo – mais especificamente o tempo de vida do indivíduo – e continuaria sujeita a uma forma de armazenamento que muitas vezes é fragmentada e distribuída ao redor do mundo, controlada por múltiplos ISPs (*internet server provider*) e sujeitas à múltiplas jurisdições legais. Apesar disso, o esquecimento continua a ter um papel importante a ser desempenhado no momento atual, e terá se tornado uma ferramenta significativa na promoção de um maior equilíbrio entre o homem e suas tecnologias.

Nossos hábitos superarquivistas são, sobretudo, uma consequência da natureza de nossas tecnologias. O não-esquecimento na era digital certamente tem seus benefícios – entretanto, nos encontramos diante de um impasse: por um lado nós precisamos, segundo Graf (2018), de "regulações legais equilibradas e bem-coordenadas sobre a proteção de dados e arquivos, em ambos os setores públicos e privados; e novos modelos como o *design de privacidade* aonde o princípio *opt-in or opt-out* possa se mostrar proveitoso" (2018, p. 215); por outro lado corremos um alto risco de não contarmos com uma regulação que seja propriamente equilibrada e balanceada, o que poderá nos conduzir a um endurecimento na relação cidadão-Estado e criar barreiras descabidas entre estes dois. Quem sabe, após adotarmos novas posturas que visem abraçar o esquecimento de maneira benéfica e moderada tanto para usuários quanto para instituições, e, ainda, conservarmos essa nova postura com perseverância

após anos ou décadas, possamos assim ser menos suscetíveis aos efeitos do superarquivismo. Há muito o que se pensar sobre o que teríamos a ganhar – e perder - com isso. Há muito o que se pensar sobre a a possibilidade de um futuro aonde bibliotecas estáticas pareçam objetos cujo valor é tão fantástico e arbitrário quanto a memória de Funes.

4. Superarquivo e o Indivíduo

O indivíduo, enquanto arquivista, participa ativamente do construto desta que seria a nossa cultura de arquivo. No decorrer desse processo, o indivíduo arquivista exerce influência sobre o arquivo e, da mesma forma, o arquivo modifica e deforma o indivíduo arquivista. Nesse sentido, a relação entre os dois é sempre uma via de mão dupla. Reservo este capítulo para trazer uma reflexão a respeito das diversas formas através das quais o indivíduo é modificado e deformado pelo superarquivo, como ele responde a estas transformações, e de que maneiras isso impacta a construção da sua própria identidade. Em *4.1 – O "Eu" enquanto Fruto do Equilíbrio entre Memória e Esquecimento*, enumero as razões pelas quais o olhar do indivíduo sobre si mesmo é um reflexo da mídias e tecnologias que ele utiliza para se expressar; em seguida, *4.2 – Externalização da Mente e Outros Processos Cognitivos* decompõe a relação existente entre arquivista e superarquivo até sua forma mais primária: a relação entre homem e ferramenta.

4.1 O "Eu" enquanto Fruto do Equilíbrio entre Memória e Esquecimento

Quando pensamos nas tecnologias superarquivistas mais utilizadas pelo indivíduo, é natural que pensemos prontamente nas HDs e *clouds* abarrotadas de fotos, vídeos, documentos, fragmentos do nosso presente desmaterializados e armazenados em algum lugar longe da vista, algum lugar estático. Quando não estão nesse lugar estático, costumam ser movimentadas neste campo que é, por assim dizer, quase totalmente performático: o das redes sociais. Este espaço imaterial de representação de si mesmo, aonde documentamos e transformamos ativamente nosso presente em passado, é talvez um dos poucos espaços aonde ainda somos curadores mais ativos em nosso cotidiano.

Markham (1998) como citada no texto *New Memory Cultures and Death* de Lagerkvist (2013), afirma que a experiência online é, ao mesmo tempo, uma ferramenta e um lugar, é um 'modo de ser' em termos fenomenológicos. (p. 04). Neste lugar de transindividuação que oferece como principal ferramenta a possibilidade de uma transinidividuação, o nosso senso de *eu* adquire aspetos síncronos e assíncronos, ainda que continue a emanar de um mesmo indivíduo. Moncur (2016) argumenta que essas múltiplas identidades digitais acabam por criar uma vida digital construída a partir de um conteúdo que o indivíduo cria ou participa, ou que faz referência ao mesmo na forma de fotos, postagens, e-mails, vídeos e música. Essa vida digital não apenas é múltipla em seu formato, mas na maneira como é armazenada: em fragmentos, nos mais diversos dispositivos digitais, nuvens e ISPs.

O indivíduo fragmentado, múltiplo, assíncrono e editado se apresenta como o indivíduo padrão na era digital. Note que as mesmas características que usamos para definir esse indivíduo podem ser atribuídas à construção da memória e das identidades

na contemporaneidade. Essa significativa fragmentação do indivíduo costuma se manifestar principalmente através da prática da transindividuação nas redes sociais – abordada neste capítulo - e da externalização de processos cognitivos – abordada no capítulo seguinte. Em *4 - Superarquivismo e o Indivíduo*, iremos explorar mais a fundo de que maneira as tecnologias superarquivistas podem ameaçar a nossa noção de *eu* e debater até que ponto essa ameaça é de fato concreta.

Note que, por grande parte da história da humanidade, falar do *eu* era fazer referência ao fluxo de consciência e de tempo confinadas em um corpo. Com o passar dos séculos, pensar aonde reside o *eu* começou a exigir uma resposta cada vez menos precisa e mais cautelosa. Em grande parte, isso se deve ao fato de que começamos a externalizar ativamente a nossa memória e as nossas capacidades cognitivas através de novas tecnologias e ferramentas. A revolução digital não terá sido o início desse processo, mas podemos afirmar que o intensificou de maneira muito signficativa. Sabemos, também, que uma fragmentação do indivíduo é um fenômeno que definitivamente não se iniciou em decorrência do surgimento de algum tipo específico de tecnologia. Na realidade, em momento algum esse processo se iniciou: o indivíduo sempre terá sido um ente fragmentado. Pensar no *eu* de qualquer outra maneira, como Lacan observou, seria um equívoco, uma substituição de forças distribuídas, dispersas e voláteis por alguma figura da psique. O *eu* jamais fora absolutamente estável e estático, e as novas tecnologias apenas tornaram esse aspeto do *eu* mais evidente.

Tomemos então esse indivíduo que, por natureza, é fragmentado e vamos inseri-lo no contexto atual, aonde a sociedade passa a ser definida pelo ato de documentar e pela midiatização do cotidiano. As histórias que contamos de nós mesmos e de nossas vidas se baseiam em interações muito complexas entre o *eu*, a identidade, as

lembranças, e o esquecimento. As diferentes maneiras como expressamos essas narrativas internas afetam profundamente o sentido que fazemos do nosso passado e do nosso presente. As fatias de tempo que escolhemos mostrar são as que melhor nos definem, são as que melhor se conectam com o nosso senso de identidade. Nesse sentido, a priorização de certas fatias de tempo sobre outras diz muito sobre quem pensamos ser e de que maneira desejamos ser vistos e interpretados pelo outro. Damos mais visibilidade a determinados dados do que outros, sempre objetivando esta narrativa ideal de nós mesmos que é posta em circulação. Até os meios que escolhemos para documentar e arquivar fazem parte desse processo de edição. Segundo David Beer e Roger Burrows, em seu texto *Popular Culture, Digital Archives and the New Social Life of Data*, "o resultado desse conjunto de processos recombinantes é que a cultura popular e, portanto, as experiências cotidianas de uma miríade de indivíduos, estão sendo moldadas e constituídas por uma vida social dos dados." (2013, p. 67).

Aquilo que Beer & Burrows (2013) chamam de *vida social dos dados* diz respeito à dimensão da performatividade por trás da circulação de dados. Nos tempos em que vivemos, pensar que esta dimensão de performatividade está intimamente ligada à circulação dos dados não é uma grande surpresa. Não apenas o indivíduo movimenta esses dados de maneira a dar mais visibilidade a uns do que outros, as próprias redes sociais - que têm como propósito fazer circularem esses dados - priorizam determinados conteúdos sobre outros através de algoritmos que objetivam estender o tempo de permanência dos usuários dentro das aplicações. Os impulsos por trás desse tipo de arquivo são tão inseparáveis da maneira como circulam os dados que as duas coisas parecem se fundir numa só. Antecipamos a performatividade da circulação dos dados no

próprio ato de fabricação desses dados. Ou seja, produzimos conteúdo pensando logo na sua visibilidade.

A rede social definitivamente é um arquivo – um dentre os muitos tipos que surgiram durante a revolução digital. Dentro desse tipo de arquivo, tudo é pensando levando em consideração a *vida social dos dados*, ou seja, tudo é pensado levando em consideração a performatividade da circulação de dados, a visibilidade ou a não-visibilidade. Note que a circulação dos dados dentro de um arquivo é algo que diz muito a seu respeito. É a soma dessas forças de seleção pessoais e impessoais, conscientes e automatizadas que compõem a grande novidade que Beer & Burrows (2013) chamam de *vida social dos dados*. É ela que melhor define que tipo de arquivo é uma rede social. Já definimos, portanto, de que maneira as redes sociais se apresentam como arquivo - agora nos resta definir, de que maneira elas se apresentam como superarquivo.

Quando se trata de definir com precisão o termo *social media*, não existe uma definição oficial e universal que se aplique. Podemos descrevê-las como um meio através do qual vários indivíduos colaboram num esforço mútuo de construção de relacionamentos virtuais. Segundo Buckert et al., “a internet significa que a rede social serviria como uma espécie de arquivo sociológico, gravando experiências, opiniões e emoções dos indivíduos e grupos em vários pontos no tempo.” (2018, p. 81). Além disso, encontrar uma definição clara se torna especialmente complicado uma vez que os recursos de interação virtual disponíveis aos usuários variam bastante de uma rede social para outra. Entretanto, há algo que quase todas elas têm em comum: as redes sociais dificilmente se baseiam na premissa de um esquecimento.

Muito embora algumas redes sociais contenham recursos de auto-deleção (como *Snapchat* e *Instagram*), isso certamente não é o bastante para prevenir completamente

os riscos do não-esquecimento e da falta de controle sobre os dados. Nesse sentido, a rede social e a própria internet se apresentam como superarquivos uma vez que ambas armazenam dados de forma excessiva e esses dados escapam ou não estão sob controle do arquivista. Note, inclusive, que muitas das decisões tomadas em relação a esses dados nas sociedades da informação pós-industrial emergem desta tendência descrita por Mathias Klemm em seu *Social Theory of Remembering and Forgetting in Modern Societies* (2018) como sendo uma ideologia do "fim-da-teoria". Dentro desse contexto, os processos de "pensamento-sem-teoria" intensificados pelas tecnologias digitais propõem um atalho entre os dados e as decisões a serem tomadas, aonde o curso de ação é determinado por algoritmos quase-inteligentes baseados em dados de massa. (p. 172).

Em outras palavras, as redes sociais operam como um arquivo aonde a circulação de dados é controlada por formas de pensamento automatizadas, não-humanas e não-humanizadas. Para além disso, estas mesmas redes sociais ainda estão inseridas no contexto da economia da abundância que, dia após dia, aumenta seus esforços para controlar o comportamento do consumidor através dos dados à medida que a competição se intensifica e a produção em massa se consolida. Desse modo, a circulação dos dados dentro do arquivo transforma o arquivista em produto, em mercadoria a ser negociada. Essa falta de controle do usuário sobre a sua vida digital vai para muito além dos da esfera econômica, perpassando também a esfera psicológica e individual. O superarquivo, materializado na forma das redes sociais, pode ser significativamente prejudicial para o *eu* enquanto fruto do equilíbrio entre memória e esquecimento.

Enquanto objeto de não-esquecimento, de mecanismo que armazena todas as diferentes fases da evolução pessoal na forma de conteúdo, as redes sociais e a internet

se apresentam como um grande risco à integridade do indivíduo. Uma opinião postada pelo usuário poderá ainda ser lembrada e revista por muito tempo após a sua postagem, talvez muito tempo depois de o usuário ter mudado radicalmente de opinião ou envergonhar-se profundamente de tê-la emitido publicamente. Além disso, nem todas as mudanças pelas quais o indivíduo passa ao longo de sua vida e evolução pessoal, são de fato testemunhadas, vistas, publicadas e midiatizadas, de modo que as várias versões do indivíduo fragmentado da era digital tornam-se cada vez menos síncronas e mais contraditórias entre si.

Atualmente é relativamente comum que nos deparemos, por exemplo, com casos em que políticos e figuras públicas sejam sujeitos a um linchamento virtual devido a postagens antigas que produziram ou com que interagiram e que contenham posicionamentos vistos como inadequadas no momento presente. O indivíduo moderno se esquece de que não tem direito ao esquecimento na era do superarquivismo: inclusive ao esquecimento de si mesmo, da sua própria história, do seu passado e trajetórias. Ao passo que isso tem implicações significativas a nivel individual, também afeta o funcionamento da democracia e da sociedade como um todo. Segundo Christine Benesch (2018) em seu *A Political Economic Analysis of Transparency in a Digital World*:

> O progresso tecnológico permite o tratamento não só de dados agregados, mas também de dados a nivel individual, confundindo a distinção entre informação pública e pessoal na esfera política. [...] Nesse cenário, podem surgir problemas em relação à privacidade e ao direito de ser esquecido. Esses direitos, no entanto, contrastam com a necessidade dos cidadãos de selecionar e monitorar seus representantes de forma adequada. A privacidade não é, portanto, o

> principal problema ao discutir as vantagens e desvantagens da crescente disponibilidade de informações sobre as figuras políticas na era digital. (p. 163).

Vemos que um fragmento do *eu* de uma época anterior pode continuar a nos perseguir no presente, e que os limites existentes entre nossas várias vidas digitais são frequentemente violados. Agora nos cabe questionar se não seremos nós mesmos os culpados por esta realidade, se isso não será um reflexo dos hábitos modernos que ajudaram a consolidar fenômenos como a *vida social dos dados*. É verdade que existe uma conexão entre a maneira como socializamos e os efeitos negativos do superarquivismo mencionados acima. É verdade, inclusive, que, por muito tempo, também antecipamos e desejamos esse "não-esquecimento", como foi descrito no capítulo *2.2 – Origens do Superarquivismo*. As redes sociais são, em parte, um reflexo dessas aspirações anteriores, muito remotas. Walsham (2016) menciona o caso do vereador de Cologne, Hermann Weisnberg, que compilou em um enorme livro de memórias de três volumes, centenas de detalhes mundanos e sinceros da vida cotidiana da cidade: tamanho era seu medo de que seu arquivo fosse esquecido, que ordenou a seus herdeiros que o protegessem do calor, da umidade, e das traças e que o duplicassem fazendo várias cópias. Walsham (2016) menciona, em seguida, uma observação de Judith Pollmann, que estudou a prática da crônica e afirmou que o impulso de criar um registo permanente do presente para uso futuro já teria se espalhado amplamente na esfera social.

As redes sociais talvez terão se tornado uma espécie de crônica da modernidade. Elas são a prova de que existe uma relação cada vez mais manifesta e estreita entre superarquivismo e *personal storytelling*. O problema, entretanto, é que essa mesma ferramenta que usamos para contar nossa história, é aquela que contradiz nossa jornada;

a mesma ferramenta que usamos para nos auto-afirmar, é aquela que torna o *eu* ainda mais disperso e incompreendido; a mesma ferramenta que utilizamos com o propósito de preservar nossa memória, é aquela que a banaliza.

Agora que temos, na forma das redes sociais, algo muito próximo do tão antecipado *life-logging* citado por Groes (2016) - que compreende uma total captura e armazenamento das memórias e experiências do indivíduo -, constatamos que esse tipo de tecnologia nos conduz frequentemente a vias despropositadas, bem como uma acelarada perda da capacidade de criar significado. Através dessa lente, somos capazes de observar e descrever aspetos importantes daquilo que nossa cultura digital e arquivista tem a nos oferecer – e, ainda mais importante, de que maneira elas podem falhar em produzir sentido e coesão. De facto, o *eu* necessita desse mecanismo de auto-organização que só opera quando existe um equilíbrio entre memória e esquecimento, entre abertura e encerramento – mecanismo este que é cada vez mais prejudicado pelas tecnologias superarquivistas. Tirar-nos o direito ao esquecimento de nós mesmos implica, muitas vezes, vetar-nos de seguir em frente em nossa evolução pessoal.

Segundo Klemm, em sociedades anônimas e digitais como a que vivemos hoje, "a possibilidade de esquecer e reconstruir nossa identidade é essencial, afinal as pessoas agem dentro de uma estrutura social que está em fluxo constante." (2018, p. 172). Klemm (2018) conclui seu pensamento afirmando que numa tal sociedade, a inovação e a mudança constante desvaloriza o passado e põe ênfase no presente, e daí se cria a necessidade do indivíduo pelo esquecimento e reinvenção de si próprio. Essas contradições, no entanto, não devem nos levar a crer que o que caminho a ser tomado é aquele aonde se dá uma eliminação do *eu*. Ao contrário, o resultado talvez seja uma nova forma de experimentar o *eu*.

Moncur (2016) já havia feito reflexões sobre a relação que existe entre a reputação do indivíduo e sua *post-self* (o *pós-eu*, ou seja, a vida digital do usuário após a sua morte física), observando que este pós-eu seria uma combinação da vida digital e social do indivíduo, e que ainda estaria sujeita a se modificar na forma de novos conteúdos, inputs de outros usuários e de metadados. É verdade que uma conta numa rede social jamais terá sido prova de existência de ninguém, e que a diferença entre presença e ausência ganhou uma dimensão de ambiguidade na era digital. Isso nos leva a refletir se o *eu* não terá cada vez menos relação com o indivíduo e mais com os dados, se não terá cada vez menos relação com presença e mais relação com a relevância. Dentro dessa dinâmica, as tecnologias superarquivistas transformam a ideia de *eu*, de modo que este não apenas não exige mais um corpo e um tempo, como também sequer exige uma consciência por trás do mesmo. Se para bem ou para mal, Lagerkvist (2013) aponta que:

> Ao invés de pensar a internet como inerentemente positiva ou negativa, libertadora ou controladora, democrática ou não-democrática, significativa ou trivial, eu a concebo como um terreno existencial e ambíguo. Este terreno fornece caminhos para explorar a condição humana fundamental de ser confrontado com a contingência e o absurdo de nossas vidas, bem como as questões de significado e falta de significado, lembrança e esquecimento, individualidade e coletividade, solidão e sociabilidade, o finito e o infinito. (p. 05)

Se as redes sociais e a internet são um arquivo, ele, como qualquer outro, tem uma marca d'água e um pulso específicos. Ele, como qualquer outro, apresenta estruturas narrativas e convenções administrativas subjacentes. Há quem tema que os

mesmos mecanismos que movimentam esse arquivo contenham nele incubados um lento processo de perda de identidade, de perda de controle, de sobrecarga, de dependência, de invasão de privacidade e de isolamento. Entretanto, este ainda é o arquivo que escolhemos para armazenar a nossa crônica da modernidade, nossas narrativas fragmentadas, nossas memórias dispersas e trajetórias recombinantes. Podemos dizer, sem constrangimento, que fomos dominados pelas tecnologias superarquivistas que escolhemos utilizar para contar nossa história. Sem constrangimento, porque aonde algo domina não há necessariamente necessidade de escravidão. Ao contrário, a mesma multiplicidade do arquivista que cria absurdos também se traduz no modo como utilizamos o arquivo de maneira muito bem desperta, criando novas e mais complexas grades de inteligibilidade para utilizá-lo de modo que ele nos enriqueça mais do que nos empobrece.

4.2 Externalização da Memória e Outros Processos Cognitivos

No capítulo *2.2 – Origens do Superarquivismo*, já apontamos a visão de Andy Clark sobre a mente humana. Segundo o mesmo, a mente humana não passaria de um mecanismo associativo com vazamentos, um mecanismo que evoluiu para integrar ativamente recursos externos como mídias, objetos e até mesmo outros indivíduos. (Clark, 1993). Aonde a mente termina e o restante do mundo começa, sempre terá sido uma pergunta que exige mais de uma resposta. Andy Clark e David Chalmers (1998), em seu texto *The Extended Mind*, argumentam que, geralmente, duas respostas são as mais comuns: a primeira, mais despretenciosa, que aceita as demarcações entre órgão e crânio, e diz que tudo o que está fora do corpo está fora da mente; e a segunda, mais

exigente, que apresenta a possibilidade de que o externalismo do significado venha a induzir-nos a um externalismo da mente. (p. 01).

Em *The Extended Mind*, Clark & Chalmers (1998) nos introduzem à ideia de um *externalismo ativo* (semelhante ao externalismo semântico), em que os objetos dentro de um ambiente funcionariam como uma *parte* da mente. Segundo os autores, a separação entre a mente, o corpo e o meio ambiente caracterizariam uma distinção sem princípios. Uma vez que os objetos externos desempenham um papel significativo no auxílio aos processos cognitivos, a mente e o ambiente agiriam como um *sistema acoplado* que poderia ser visto como um sistema cognitivo completo por si só. Desta forma, a mente se estenderia ao mundo físico.

Visto que nossas mentes têm limitações biológicas, o arquivo não deixa de servir, quase sempre admiravelmente, ao propósito de ser uma extensão da nossa memória – e com o superarquivo não seria diferente, o que muda é somente a mídia. Para além dos arquivos e superarquivos, existem infinitas mídias que nos servem como extensões da mente (de livros físicos à supercomputadores). Existe, sobretudo, uma tendência geral do ser humano em se apoiar fortemente nestes suportes concedidos e ocasionados por seu ambiente. Clark & Chalmers (1998) argumentam que, em todos os casos, o cérebro humano sempre performa algumas operações ao mesmo tempo que outras operações são delegadas à manipulação de mídias externas. (p. 08). A nossa cognição e a nossa memória são comumente estendidas e distribuídas entre recursos neurais, corporais e ambientais com propriedades díspares, embora complementares. Juntos, todos esses diferentes recursos viriam a integrar o que chamaríamos de sistemas cognitivos híbridos, de maneira a ampliar e, de certa forma, transformar a natureza da memória humana.

Note que este processo se assemelha muito aos processos de fragmentação do *eu* através de ferramentas de transindividuação (como as redes sociais) exposto no capítulo anterior. Uma tal externalização da mente, assim como a transindividuação, oportuniza uma ideia de *eu* que adquire um número cada vez maior de dimensões assíncronas. Que apontar no mapa aonde fica o *eu* é uma tarefa impossível e despropositada, já tomamos como verdade – entretanto, continuamos perplexos com o quão manifesto se tornou esse processo de fragmentação do indivíduo na era digital.

No contexto do superarquivo, podemos citar mídias como as *clouds*, computadores, telemóveis, discos rígidos, agendas e calendários digitais, bibliotecas virtuais, redes sociais, e a internet como ferramentas de externalização da memória – que podem ser vistas, em outras palavras, como extensões de nossa própria mente. Essa externalização ativa da memória terá se iniciado muito antes da revolução digital, com a *memória socialmente-distribuída* descrita por Sutton et al (e mencionada no capítulo *2.3 - Psicologia da Memória: por que queremos nos lembrar?*). A *memória socialmente-distribuída,* juntamente com o surgimento da linguagem, da tradição oral e, mais tarde, da escrita, representou os primeiros passos desta que seria uma nova tradição, uma tradição de externalização da memória e de outros processos cognitivos. Sendo assim tão anterior à revolução digital, as apreensões que emergem desse processo também são tão antigas quanto ele próprio: já em Fedro, de Platão, existe um diálogo em que Sócrates critica severamente a escrita, destacando o seu potencial de implantar o esquecimento na mente do homem.

Note, entretanto, que grande parte das críticas à externalização da memória biológica são produto de equívocos comuns sobre a própria memória biológica - em especial, o fato de que somos, por natureza, péssimos em julgar o quão competente ela

realmente é. Se por um lado, a mente humana não é tão competente em armazenar informação, por outro lado os superarquivos da era digital não são competentes em tornar esse processo de externalização da memória humana um processo realmente humanizado. Há quem diga que usamos excessivamente esses dispositivos tecnológicos, e que, portanto, nos aproximamos perigosamente da natureza dos superarquivos: ao passo que os dispositivos de armazenamento nos poupam da necessidade de estarmos constantemente selecionando e armazenando dados que são importantes para nós, estas bibliotecas estáticas fazem com que a nossa memória espelhe sua natureza estática. Em outras palavras, nossas mentes estão ficando preguiçosas, movimentam e acionam menos conhecimento.

Pensar um tal espelhamento é se distanciar da ideia de que as consequências das inovações tecnológicas são determinadas pela maneira como o homem faz uso delas. A verdade é que, nesse contexto, assumimos um papel muito mais passivo do que julgamos ter. Segundo Khalid M. Easa, em seu texto, *Marshall McLuhan's Understanding Media: The Extensions of Man (An Analysis of How the Medium is the Message Challenges Conventional Thought About Mans Relationships with Technology)*, "a inovação não muda como resultado das ações do homem, a inovação é o que molda as ações do homem e, portanto, ela própria é o catalisador da mudança" (2019, p. 08). Reconhecer que temos um papel expressivamente passivo nesse sentido nos torna mais conscientes de nossa própria vulnerabilidade – ou, quem sabe, de nossa quase indefensabilidade.

Definir pontualmente de que maneira espelhamos a natureza estática dos superarquivos não é uma tarefa simples. Podemos, entretanto, usar uma analogia proposta por Carl Jung (que também foi utilizada por McLuhan para defender sua tese

de que o poder formativo da mídia é a própria mídia) para esclarecer esse ponto de vista: a história dos escravos de Roma. Jung (1928) assinala que todo romano estava sempre rodeado de escravos: sua principal e mais importante ferramenta. Como resultado por viverem constantemente nessa atmosfera de escravidão, os romanos teriam sido influenciados de maneira inconsciente por sua psicologia, de modo a tornarem-se eles próprios escravos. (p. 173). Com isso em mente, se o poder formativo da mídia é a própria mídia, podemos esperar que, de alguma forma, a natureza estática dos superarquivos acabe por contaminar a natureza do homem moderno.

Falar de uma ferramenta é falar de uma extensão da mente. Existem muitas delas e com elas criamos relações diversas, sendo umas mais íntimas do que outras. Como assinalado no capítulo *2.2 - Origens do Superarquivismo*, se a relação do homem com o superarquivo torna-se tão estreita quanto a relação que existe entre a *teia* e *aranha*, o superarquivo passa a ser o que o define. Desse modo, superarquivo não seria um ator que participa da peça, mas o próprio palco aonde ela se desenrola: torna-se, sobretudo, uma dimensão do homem.

Em grande parte de sua literatura, Andy Clark argumenta de maneira consistente que esta complementaridade entre tecnologias cognitivas externas e nossos métodos biológicos básicos de processamento são o que criam sistemas cognitivos estendidos (ou híbridos) cujos perfis computacionais e de resolução de problemas são bastante diferentes daqueles do cérebro nu. Ainda sobre essa complementaridade, Clark (2003) faz a seguinte observação em sua obra *Natural-Born Cyborgs: Minds, Technologies and the Future of Human Intelligence*:

> Impulsionado e preparado por sua plasticidade nativa, ele [o cérebro humano] está pronto para profundas fusões com a teia circundante de símbolos, cultura e

> tecnologia. O pensamento e a razão humanos emergem de um lugar comum no qual cérebros e corpos biológicos, agindo em conjunto com acessórios e ferramentas não-biológicas, constroem, se beneficiam e, em seguida, reconstroem uma sucessão infinita de ambientes de criação. (p. 197).

Enquanto extensões do homem, o superarquivo, tal como outras tecnologias, ajuda a formar estes sistemas cognitivos híbridos que Clark chama de *ambientes de criação*. Clark (2003) argumenta, inclusive, que a ideia de *ciborgue* não necessariamente exige coisas como tecnologias penetrativas, implantes e fios, mas somente esta que seria uma obsessão humana por tecer redes biotecnológicas. (p. 198). Ainda segundo o autor, o melhor desses recursos nem é tanto o que é realmente utilizado, mas o que é incorporado ao usuário. Tais recursos se encaixam, na verdade, como aspectos do pensamento humano. (p. 198).

O *Efeito Google*, uma das mais notórias consequências do uso de tecnologias superarquivistas como extensão da memória, é um bom exemplo para melhor descrever esta incorporação de novos aspetos do pensamento humano. O *Google*, que muito comumente é descrito como sendo uma espécie de memória coletiva da humanidade, terá tornado nossa habilidade de memorizar informação algo quase despropositado, e ajudou a promover aquilo que Betsy Sparrow, Jenny Liu e Daniel M. Wegner (em seu *Google Effects on Memory: Cognitive Consequences of Having iInformation at Our Fingertips*) descrevem como *amnésia digital*. Em seus quatro experimentos que objetivavam verificar as extensões do *Efeito Google*, os autores descobriram que os participantes exibiam uma tendência geral em se esquecerem – espontaneamente - de informações que sabiam serem capazes de encontrar disponíveis no *Google* futuramente. Nesse sentido, podemos definir o *Efeito Google* e a própria ferramenta de

busca, não como um pensamento humano, mas sim como um *aspeto* do pensamento humano - um que simplesmente visa otimizar um processo de armazenamento de dados.

Os dados contidos no *Google*, tal como ocorre em qualquer arquivo, só se transformam em informação através do usuário (o arquivista). Para além disso, por mais amplo que seja o arquivo, e por maior que seja a avidez de conhecimento do arquivista, ainda não se pode extrair mais conhecimento do que já lhe pertence. Isto é, a motivação e os impulsos do arquivista é que dão forma ao arquivo. Ao mesmo tempo, os resultados da busca criam novas motivações e novos impulsos do arquivista. Esta relação de complementaridade é o que define as teias de sistemas cognitivos híbridos: é o que nos torna, segundo Clark (2003), verdadeiros "ciborgues por natureza".

Aonde o usuário termina e a ferramenta se inicia sempre terá sido objeto de discussão entre pesquisadores do tema. Existe uma dificuldade geral em traçar de maneira decisiva uma linha que separe estes dois, e há quem diga que tentar fazer essa distinção seja algo descabido e ingênuo. Em sua obra *Being There: Putting Brain, Body and World Togethere Again*, Andy Clark (1997) se diz convencido de que é válido tratar alguns processos cognitivos como coisas que se estendem para além do cérebro nu, e argumenta que, talvez, aquilo que chamamos de "mente" deva abranger também uma variedade de adereços e suportes. (p. 215). O autor propõe, inclusive, que uma das mais importantes razões pelas quais essa ideia parece, para muitos, impalatável, se deve ao fato de confurdirmos frequentemente o *mental* com o *consciente*. (p. 215).

Ainda em *Being There: Putting Brain, Body and World Together Again*, Clark (1997) sugere que o mais plausível seria considerar que aquilo que caracteriza processos cognitivos "reais" (aqueles que de fato estão *dentro* de nossas cabeças) seria a ideia de portabilidade. Em resumo, Clark argumenta que seríamos movidos por esta noção de

que o cérebro nu é o que compreende recursos que sempre estão disponíveis a nós, independentemente das circunstâncias e oportunidades oferecidas pelo ambiente. (p. 215). Esses recursos poderiam incorporar ações corporais como partes integrantes de alguns processos cognitivos (como quando usamos nossos dedos para fazer um cálculo matemático sem perder a conta); por outro lado, a "mente" não abrangeria aspectos mais contingentes de nosso ambiente externo, ou seja, aqueles que podem ir e vir (como uma calculadora de bolso, por exemplo).

Mais tarde, ao revisitar a ideia de portabilidade, Clark (1997) afirma não acreditar que a mesma possuiria, em última análise, peso conceitual suficiente para ser vista como fator decisivo para estabelecer um limite entre mente e ferramenta. (p. 216). Em seguida, o autor enumera algumas das razões por trás da sua descrença no fator "portabilidade", sendo as principais delas alguns cenários hipotéticos propostos pelo mesmo ("e se alguém sempre caminhasse com uma calculadora no bolso, ou tivesse uma embutida em seu corpo?") ou o fato de que o próprio cérebro biológico também corre o risco de perder algumas de suas capacidades operacionais através de traumas e lesões, de modo a demonstrar que a noção geral de portabilidade é muito relativa. (p. 216).

Se hoje utilizamos as tecnologias superarquivistas ou quaisquer outras ferramentas como extensões da nossa mente, isso se deve simplesmente ao facto de que o cérebro humano evoluiu dessa forma. Na verdade, o processo evolutivo continua em andamento, não existe uma linha de chegada, de modo que nossas mentes sempre serão submetidas a este. Uma vez que o próprio processo evolutivo constrói novas soluções e estratégias adaptativas com base em *hardwares* pré-existentes, não é de todo surpreendente que a mente espelhe a natureza do seu processo evolutivo. A respeito do

uso de suportes ambientais e da evolução dos cérebros humanos, Clark (1997) argumenta: “Usamos inteligência para estruturar nosso ambiente de modo que possamos ter sucesso com menos inteligência. Nossos cérebros tornam o mundo inteligente para que nós possamos ser estúpidos em paz! Ou, para ver de outra forma, é o cérebro humano somado a esses inúmeros *andaimes* externos que constituem o mecanismo de inferência a que chamamos de mente.” (p. 180).

Levada ao extremo, uma tal infiltração da mente no mundo externo ameaça reconfigurar nossa auto-imagem fundamental, de modo a ampliar nossa visão para incluir, dentro desta auto-imagem, aspectos do nosso ambiente local. Uma mudança da auto-imagem pressupõe, portanto, uma mudança na maneira como identificamos aquilo que chamamos de mente. Em *Being There: Putting Brain, Body and World Together Again,* Clark (1997) opta por identificá-la como sendo, em realidade, um *sistema de navegação*:

> As competências cognitivas maduras que identificamos como mente e intelecto podem, portanto, se assemelhar mais a um *sistema de navegação* do que às capacidades do cérebro biológico nu. Sistemas de navegação emergem da adaptação bem orquestrada de um sistema extenso e complexo que compreende indivíduos, instrumentos e práticas. Muito do que comumente identificamos como nossas capacidades mentais pode, da mesma forma – suspeito - acabar sendo propriedades de sistemas mais amplos e ambientalmente estendidos, dos quais os cérebros humanos são apenas uma parte. (p. 214).

O fato de estarmos continuamente transferindo lembranças aos dispositivos de armazenamento digitais, conhecimento às ferramentas de busca online, apontamentos às aplicações diversas, fragmentos de nós mesmos ao superarquivo, tudo isso tem forte

influência em nossa cultura arquivista: e, portanto, em nossa cultura como um todo. A literatura de Clark e de Mchluhan nos levam a crer que a própria cultura – juntamente com as mídias, tecnologias e linguagens – é também uma extensão da mente humana. Nesse sentido, como poderiam os nossos pilares da cultura da informação – a memória e a curadoria – não serem afetados pelo externalismo ativo das tecnologias superarquivistas quando a própria cultura é um dos aspetos desse externalismo ativo?

Através da cultura e de outras tantas ferramentas externas, Clark (2003) propõe substituir o *eu* – essa essência indescritível de si mesmo – por algo que seria uma matriz mutante de partes biológicas e não biológicas. Na verdade, o que nos desperta ansiedade é se aquilo que chamamos de uma *infiltração* do *eu* no ambiente não seja, em realidade, um *vazamento* do eu no ambiente. Em resposta à pergunta, "será que a suposta disseminação de processos mentais e cognitivos para o mundo externo implica algum vazamento do *eu* para o ambiente local?", Clark (1997) argumenta que sim e não. Não, porque episódios conscientes sobrevém aos cérebros individuais; mas sim, porque tais episódios conscientes são, na melhor das hipóteses, como instantâneos desse *eu* que é um perfil psicológico em evolução, de maneira que o fluxo de razão e consciência (ou mesmo a evolução temporal das ideias) são determinados por uma interação complexa entre mente, corpo e mundo. (p. 216 – 217).

Nesse sentido, devemos tomar cuidado e usar o bom senso, afinal a mente não se estende para o mundo quando bem entende e de maneira tão ampla. Em outras palavras, "haveria pouco valor em uma análise que me creditasse o conhecimento de todos os fatos da Enciclopédia Britânica só porque paguei as mensalidades e encontrei espaço para ela na minha garagem" (Clark, 1997, p. 217). Dentro do contexto da externalização da mente, é importante relembrarmos algo que já foi mencionado em capítulos

anteriores: o *boom* da informação que advém das tecnologias superarquivistas não pressupõe um *boom* de conhecimento. As tecnologias superarquivistas, como outras ferramentas de extensão da mente, não nos tornam mais inteligentes, e sim mais eficientes. Aqui me amparo novamente na observação de Clark (2003) sobre a ideia de *ciborgue*: importa menos o que é realmente utilizado, e mais o que é incorporado ao usuário. (p. 198).

É fácil verificar que a literatura de Clark e de McLuhan são bastante complementares. Ambos concordam que, nesse processo de mobilização do mundo externo, acabamos por criar redes computacionais cada vez mais amplas e mais complexas. Os dois autores chegam a conclusões muito parecidas sobre o tema: em seu *Understanding Media: The Extensions of Man*, McLuhan (1964) afirma que "a tecnologia só pode acrescentar em si mesma aquilo que já somos". (p. 14); ao passo que Clark (2003) afirma ser uma parte da nossa natureza explorar e incorporar profundamente elementos não-biológicos aos nossos perfis mentais e que a questão não é propriamente se devíamos ou não tomar esta rota, e sim escolher de que maneira podemos moldar esse caminho - assim, ao olharmos para nós mesmos como realmente somos, teríamos chances maiores de obter sucesso enquanto seres híbridos. (p. 198).

Em resposta à pergunta "em que medida tecnologias superarquivistas que operam como extensões da mente ameaçam nossa ideia de *eu*?" poderíamos frisar que, com frequência, misturamos o *mental* com o *consciente*, de modo a desconsideramos com imensa facilidade os processos mentais que estão ocorrendo fora da vista, e simplesmente optarmos pela ideia de portabilidade ao tentarmos definir aonde está a mente (e, portanto, o *eu*). Nesse sentido, pode-se afirmar que as competências cognitivas maduras se assemelham mais a um *sistema de navegação* – um que é

múltiplo e que visa otimizar os processos de armazenamento e processamento de dados de maneira que nos tornemos capazes de obter êxito em uma tarefa com menos inteligência. Tornar o mundo inteligente para que possamos ter sucesso com menos inteligência é um traço evolutivo do cérebro humano, isto é, um processo que se dá naturalmente, e as componentes de sistemas cognitivos híbridos (como tecnologias superarquivistas), embora tenham modificado, em algum nível, a nossa relação com a memória/memorização, são uma parte importante desse processo. Parte esta que não se propõe oportunizar um *eu* mais ou menos inteligente, mas que simplesmente incorpora ao *eu* uma dimensão adicional de eficiência e de agilidade.

5. Superarquivo e Sociedade

É verdade que o progresso de nossa sociedade, em seu sentido mais amplo, está ligado a uma ideia de avanço tecnológico. A tecnologia da informação, sobretudo, é algo de muito significativo dentro das sociedades que caminham em direção a um estado democrático de direito aonde existe um equilíbrio considerável entre as liberdades individuais e a função de regulação do governo central. No presente capítulo, exponho alguns dos debates em torno do fluxo de informação numa sociedade que tudo recupera e que nada esquece em termos de dados. Em *5.1 – Assimetria da Informação*, examinamos com profundidade as contradições que surgem de um maior emponderamento do indivíduo no controle desse fluxo de informação; a seguir, *5.2 – Economia da Informação*, lança um olhar sobre os casos de exploração dos dados pessoais dentro dos superarquivos e as diferentes maneiras como a esfera cultural vem se tornando um recurso-chave na coleta desses dados; por último, em *5.3 – Longevidade dos Dados*, convido o leitor a fazer uma análise crítica sobre a dimensão do tempo e da performatividade por trás do ato de arquivar, e também sobre o estreitamento da relação entre dados e relevância dentro dos superarquivos.

5.1 Assimetria da Informação

É evidente que, no contexto da era digital e do superarquivismo, um imenso volume de informações é fornecido a terceiros sem dar a conhecer explicitamente quem terá acesso a essas informações ou quão bem estarão protegidas. Dentro deste cenário, um gerenciamento eficaz da informação pelo indivíduo continua sendo algo muito improvável, em especial no que diz respeito a serviços como ferramentas de busca online, redes sociais ou websites de compras online. Se dirigirmos um olhar mais atento ao funcionamento das tecnologias superarquivistas, podemos constatar que os usuários fornecem (com ou sem consentimento explícito) informações muito significativas a quase todos estes provedores de serviços, tais como geolocalização, listas de contactos, comentários, ou históricos de busca.

Há quem argumente que os "rastros" produzidos pelas tecnologias superarquivistas criam uma nova categoria de indivíduos ansiosos. Dentro do contexto da ansiedade da informação (abordada com maior profundidade no capítulo *3.1 – Contradições do Armazenamento Ilimitado*) Wurman (1989b) sugere que a ansiedade é intensificada pela ideia de que nossos dados são gerenciados por outras pessoas, e chama a atenção para o facto de que também somos muito dependentes daqueles responsáveis pelo design da informação. O problema com o rápido crescimento dos dossiês digitais por trás dos inúmeros serviços online como os mencionados anteriormente é que as decisões sobre o que fazer com as informações pessoais geralmente são tomadas por aqueles que detêm as informações. Nesse sentido, será que um maior emponderamento do indivíduo no controle sobre seus dados poderia vir a garantir que assimetrias da informação se tornem menos expressivas?

Muito antes do surgimento da internet, em seu *Understanding Media: The Extensions of Man,* McLuhan (1964) nos leva a refletir sobre a ideia de nos vermos sendo traduzidos continuamente na forma de informação e de dados. Na era digital, essa tradução se dá de diversas maneiras, muitas das quais sequer são realmente percebidas conscientemente pelo indivíduo. Essa disponibilidade da informação sobre o indivíduo exerce um efeito sobre a perspectiva que ele tem da informação e sobre a regulação da mesma. O surgimento de novas tecnologias de comunicação – incluindo as tecnologias superarquivistas - produziu muitos debates sobre a regulamentação do ato "lembrar" e de "esquecer", ou seja, sobre a gestão ativa da informação sobre o indivíduo e, mais especificamente, a regulamentação sobre o armazenamento e exclusão dessas informações. Para além disso, existem imensas controvérsias sobre o quanto estamos realmente bem-informados e conscientes sobre esta gestão da informação, quem a detém, quanto detém e até quando são capazes de detê-la.

Escolher entre armazenar ou deletar informação é algo que certamente está ligado à transparência e ao bom funcionamento de nossa sociedade. Mais importante do que isso, entretanto, é que o processo de gestão da informação em seu todo seja transparente. Isso porque indivíduos estão constantemente fornecendo informações para consumir bens e serviços (públicos e privados), e, dado o facto de que esse fluxo de informação é difícil de controlar, que as informações podem se espalhar para destinatários indesejados, e que as instituições que detêm autoridade podem obter acesso a essas informações, os indivíduos precisam desenvolver novas estratégias para proteger e gerenciar os dados disponíveis sobre eles. Nesse sentido, o primeiro passo talvez seja dar a conhecer e perceber esse fluxo de informação de maneira a evitar assimetrias da informação.

Note que, dentro da nossa cultura de consumo digital, a assimetria da informação está quase sempre associada à uma ideia de credibilidade. Essa ideia de credibilidade pode ser atribuída a um serviço ou mesmo a um indivíduo específico. Schelker (2018), argumenta que, quando o indivíduo faz a gestão da informação sobre si mesmo, é evidente que a informação divulgada será tipicamente positiva, de maneira que, quanto maior o poder de gerenciamento o indivíduo detém sobre ela, maior será a assimetria da informação e menor o valor da informação divulgada. Nesse sentido, é importante enfatizar que a assimetria da informação não está sempre vinculada a uma instituição, entidade ou serviço - mas também às unidades menores que as compõem, como o próprio indivíduo. Schelker (2018) sugere um cenário hipotético em que um website de compras online (como o *eBay*, por exemplo), concedesse ao usuário a possibilidade de deletar avaliações negativas dos seus produtos (p. 157). Através desse exemplo, é fácil perceber como a gestão individual e a possibilidade de deleção de dados pode criar novas assimetrias da informação. Por este motivo, torna-se muito complexo resolver as questões de esquecimento, deleção e emponderamento do invíduo na era do superarquivismo sem propiciar problemas de transparência dentro de nossa sociedade.

Por um lado, temos um indivíduo sem controle sobre seus dados e sobre a gestão dos mesmos que oportuniza problemas de exploração de dados pessoais na era do superarquivismo; por outro lado, temos um indivíduo que fortalece suas estratégias de proteção e gestão dos dados a troco da desvalorização da informação e comprometimento da transparência. De ambos os cenários, emergem complexidades que acentuam a natureza contraditória do problema. No entanto, Schelker (2018) sublinha que, quer o indivíduo queira ou não, alguma informação precisa ser

centralizada e fazer-se pública para que a sociedade possa funcionar com mais transparência (p. 157). O autor alerta, inclusive, que esse tipo de cenário aonde há maior controle sobre os dados poderia fazer com que a informação disponível passe a ser cada vez mais endógena, ou seja, que seja cada vez mais determinada pelos interesses daqueles que tornam a informação disponível. (p. 157).

Com isso, constatamos que o simples ato de tornar disponível a informação não é exatamente a solução definitiva para combater casos de assimetria da informação. Dentro do superarquivo, um indivíduo com maior controle sobre seus dados não pode evitar que surjam novas complexidades prejudiciais ao funcionamento da sociedade (em especial no que diz respeito à transparência e ao valor da informação divulgada). Sobretudo, é difícil evitar que o fluxo de informação no superarquivo não esteja sempre a ferir alguns e a favorecer a outros. A respeito da ideia desse grande arquivo, Bush (1945) já terá nos alertado há muitas décadas atrás que "ele [o homem] poderá perecer em conflito antes que aprenda a manejar tal arquivo para seu verdadeiro bem."

5.2 Economia da Informação

Já há algum tempo, a informação tem sido considerada um bem muito distinto, ao ponto que, na contemporaneidade, podemos descrever nossa própria economia como algo que seria uma economia da informação. Esta economia da informação não poderia se consolidar, entretanto, não fosse pela atual cultura da informação - ou seja, pela maneira como produzimos e distribuímos informação no presente. As tecnologias superarquivistas, o armazenamento ilimitado e os bancos de dados digitais, que são elementos muito manifestos da atual cultura da informação, tornaram-se os recursos-

chave desse novo modelo de economia que se expressa através daquilo que poderíamos definir como uma "colheita dos dados" dentro desses extensos arquivos digitais para fins diversos (tais como identificar o comportamento e os gostos dos consumidor, elaborar previsões sofisticadas de mercado, catapultar campanhas publicitárias em diversos segmentos, entre muitos outros).

Outro elemento muito favorável à consolidação desta que seria uma economia da informação é a *vida social dos dados* descrita por Beer & Burrows (2013), e vista com maior profundidade no capítulo *4.1 – O "Eu" Enquanto Fruto do Equilíbrio entre Memória e Esquecimento*. Segundo os autores, existe uma relação muito significativa entre os dados e a cultura popular e, nesse sentido, Beer & Burrows (2013) argumentam que o engajamento cotidiano com a cultura popular, facilitada pelas transformações tecnológicas e culturais, seriam as responsáveis pelo acúmulo deste vasto conjunto de dados que são um subproduto da mesma, e que podem ser conceituados por meio de uma noção de arquivo e arquivamento. (p. 67).

Desse modo, concluímos que os extensos bancos digitais com informações sobre o consumidor - considerados um recurso-chave na economia da informação - são, em realidade, um componente residual da nossa cultura popular. Beer & Burrows (2013) salientam, inclusive, que esses dados ainda contém uma pós-vida depois deste processo de "colheita", ou seja, continuam tendo uma "vida social" e encontram uma nova vitalidade através da participação ativa dos indivíduos ou de forma inconsciente, através de algorítimos. (p. 67). Os nossos hábitos modernos que permeiam a atual cultura da informação não apenas concedem à circulação dos dados essa dimensão de performatividade como também abastecem, direta ou indiretamente, repositórios digitais

com os componentes residuais produzidos por essa circulação. Nesse sentido, Schelker (2018) observa que:

> A enorme quantidade de dados pessoais precisos que são coletados requer programas e modelos sofisticados para extrair informações sobre as preferências e comportamentos de um ser humano. Esses programas e modelos existem e estão se tornando cada vez mais precisos e úteis para fins comerciais e não-comerciais. Se este for o caso e se a proteção dessa enorme quantidade de informações individuais se tornar cada vez mais difícil e custosa, outras estratégias poderão evoluir. (p. 157).

Note que, em tecnologias superarquivistas como ferramentas de busca online, um tal acúmulo de dados pessoais só se torna valoroso dentro de esquemas de relevância que geralmente são providenciados por companhias privadas e interesses monetários diversos. A relevância que possuem esses dados para terceiros não é, por si só, realmente danosa. Ou seja, o problema surge a partir do momento em que existe uma exploração desses dados pessoais, seja ela para fins econômicos, de supervigilância ou ainda para aprimorar aplicações e serviços.

Em geral, os utilizadores de tecnologias superarquivistas consentem com o uso dos dados derivados de suas ações por duas razões: em primeiro lugar, porque de outra forma não poderiam tirar proveito das ferramentas que desejam utilizar de maneira adequada (por exemplo, usando um mecanismo de pesquisa) e, em segundo lugar, porque só adquirem acesso "gratuito" se estiverem dispostos a fornecer dados personalizados. Atualmente, um extenso número de empresas privadas fornece interfaces digitais que permitem o armazenamento destes “dossiês digitais personalizados”. Muito embora uma grande parte do debate sobre esse tema possua

uma tendência a se concentrar nos dados transacionais mantidos em bancos de dados comerciais e governamentais, Beer & Burrows (2013) chamam a atenção para o facto de que existe uma tendência de que essa "colheita" dos dados passe a ser muito mais predominante na esfera cultural, e que os resíduos de transações rotineiras de dados talvez tenham ficado em segundo plano. (p. 48). Os autores salientam, inclusive, que essa mudança seria o resultado de uma nova forma de cultura popular dominada por indivíduos classificados como "produtores-consumidores". (p. 48).

Dentro de nossa sociedade, tecnologias superarquivistas que se expressam na esfera cultural (como redes sociais, que são povoadas por estes "produtores-consumidores") exercem um papel muito significativo não apenas na esfera econômica, mas também na esfera política. Lagerkvist (2013) argumenta que, por um lado, corporações poderosas que detêm dados contribuem para sistemas de vigilâncias, mas, por outro lado, é possível observar o papel corporativo tanto no controle político quanto na própria democratização potencial de estados autoritários. (p. 04).

É importante atentar para o facto de que o próprio estado moderno terá sido concebido a partir de um modelo de administração especializado na coleta de informação (contagem de habitantes para fins militares, mensuração de rendas e propriedade para coleta de impostos, documentação de taxas de desemprego, informação demográfica, sucesso educacional, etc). Logo, dele não poderia emergir outra cultura que não fosse uma cultura da informação, outra economia que não fosse uma economia da informação, ou outra sociedade que não fosse uma sociedade da informação.

Já há tempos tornou-se evidente que, quanto mais comportamento pode ser produzido eletronicamente, mais e mais coisas podem ser medidas com mais e mais

frequência. Talvez, isso requeira que repensemos o ato de analisar dados a partir da base até o topo, levando em consideração que a cultura popular permeia grande parte das transformações que facilitaram o acúmulo de dados digitais, sejam eles para fins comerciais, políticos ou mesmo de puro entretenimento. De acordo com Beer & Burrows (2013):

> Se quisermos compreender as novas formas de dados sociais, precisamos compreender o papel desempenhado pela cultura popular em seu acúmulo e fluxo; ou seja, precisamos pensar sobre a maneira como a cultura popular é dobrada de modo a formar essa "performatividade da circulação". (p. 48).

Em *Popular Culture, Digital Archives and the New Social Life of Data,* Beer & Burrows (2013) objetivam chamar a atenção do leitor para a dimensão do lúdico que permeia a nossa cultura de acúmulo de dados, de modo a demonstrar que uma análise das transformações socioculturais contemporâneas não deve apenas colocar em primeiro plano o papel das infraestruturas informacionais, mas também levar a "brincadeira" a sério. Seja na forma de redes sociais ou de outras mídias digitais que têm como propósito principal o entretenimento, o papel do lúdico torna-se cada vez mais manifesto – por vezes fundamental – nos processos de coleta de dados que servem à atual economia da informação.

A economia nos diz que o progresso técnico afeta o desenvolvimento econômico, político e social, mas geralmente é difícil prever a sua trajetória exata. As forças econômicas levam os diferentes atores a agir e reagir a um ambiente em constante mudança. Isso torna igualmente difícil prever quais são os melhores meios para a prevenção de aberrações futuras envolvendo a exploração de dados pessoais e tecnologias superarquivistas. Nesse sentido, o mais importante talvez não seja de facto

prever tais aberrações futuras, mas refletirmos por um momento – como foi muito bem observado por Beer & Burrows (2013) - sobre que tipo de papel (ou de papéis) estaremos desempenhando em nossa sociedade digital quando esse futuro bater a nossa porta.

5.3 Longevidade dos Dados

Arquivos digitais que contêm informações a respeito do indivíduo (sejam elas residuais ou não), assim como qualquer informação armazenada de maneira analógica e digital, estão também sujeitos a uma ideia de longevidade. O quanto podem perdurar os dados? É evidente que os dados armazenados em um rolo de papiro ou nas paredes de um monumento histórico estão sujeitos à desafios dissemelhantes em termos de longevidade quando comparados aos dados armazenados no disco rígido de um computador ou na nuvem. Entretanto, é possível observar que quando falamos desses desafios na atualidade, nos referimos cada vez menos a um potencial de preservação das diferentes mídias e cada vez mais a questões éticas. Uma grande parte dessas questões envolvem a privacidade dos membros de uma sociedade digital – sobretudo em relação aos diferentes métodos de rastreamento do comportamento do indivíduo e a uma visão tecnocrática de controle racional sobre o curso de vida individual.

Dentro do contexto da longevidade de dados a respeito do comportamento de indivíduos, nos deparamos também com alguns contrassensos sobre identidade. Parecemos ter chegado a um ponto em que estamos dispostos a aceitar – sem resistência - que os dados de facto fornecem informações sobre indivíduos, quando na verdade

apenas fornecem dados sobre sistemas de registo de dados. A partir do momento em que definimos o que é identidade dentro de um quadro de referência comportamental fornecido pela tecnologia, acabamos reduzindo os indivíduos a máquinas comportamentais. Embora, essa ação não seja realmente posta em prática de maneira consciente pelos membros de uma sociedade digital, ela ainda é manifesta e relativamente prejudicial ao indivíduo. Podemos identificar ainda um outro obstáculo em relação ao rastreamento do comportamento do usuário: é certo que seu comportamento real é em si mesmo estruturado pelos próprios mecanismos de busca das tecnologias superarquivistas. Nesse sentido, é fundamental compreender que o traço deixado por esse comportamento pode se afastar e muito do significado intencional do comportamento do qual o traço originalmente emergiu.

Se dados de rotina sobre o comportamento dos usuários são de facto *rotineiros* ou *ordinários*, então qual a razão por trás de sua espantosa longevidade? A resposta para essa questão talvez resida no facto de que esses dados armazenados digitalmente servem não apenas para posterior utilização, mas também de contínua reutilização em diferentes contextos. O armazenamento de dados em dossiês pessoais implica um sistema de arquivo não-narrativo e não-linear que altera sistematicamente a relevância dos dados recolhidos e do comportamento de origem a depender da ocasião.

Esquemas de longevidade de dados pessoais, como é de se esperar, impulsionam também o debate sobre o direito ao esquecimento na era digital. No contexto da longevidade, o "esquecimento" nem sempre é sinônimo de "deleção". Christine Abbt, em seu texto *Forgetting: In a Digital Glasshouse* (2018), comenta que o próprio ato de esquecimento implica necessariamente sinais, vestígios e referências, uma vez que quem nota um caso de esquecimento tem conhecimento do que falta e, portanto, tem

conhecimentos específicos sobre o “não conhecimento”. (p. 129). Note, inclusive, que a remoção do acesso de terceiros aos dados pessoais para posterior utilização também não implica que eles deixaram de existir, de modo que o ato de deletar pode ser confundido com o simples ato de eliminar conexões dentro do superarquivo.

Abbt (2018) salienta que, ao menos nos países da União Europeia, o direito de ser esquecido nem sempre significa que os dados serão de facto eliminados ou que desaparecerão - e que, muitas vezes, significa apenas que essas conexões que nos conduzem à informação (dentro do arquivo) serão enfraquecidas. (p. 129). Se estabelece, portanto, uma relação entre a remoção dos dados e a relevância. A exemplo disso, uma informação que é *removida* de uma ferramenta de busca, como o *Google* por exemplo, apenas deixaria de ser interpretada como relevante pelos mecanismos de busca da ferramenta. Dentro do superarquivo, essa ligação entre longevidade e relevância continua a se estreitar, mesmo em contextos aonde não há questões de deleção de dados envolvidas.

Observamos que, na era digital, a longevidade da informação pouco tem a ver com manutenção, conservação, deleção ou preservação, e muito tem a ver com relevância. As tecnologias superarquivistas como o *Google* e outras ferramentas de busca online tornam-se especialmente problemáticas nesse contexto uma vez que os mecanismos de busca que ditam a relevância dos dados no superarquivo fazem parte do interesse privado e são, em grande parte, movidos e motivados por interesses puramente comerciais.

Saber qual é a real longevidade dos dados no superarquivo é sempre uma pergunta difícil de ser respondida - e saber se temos algum tipo de controle sobre tal longevidade é uma questão ainda mais complexa. O que acontece de facto quando

alguém deseja remover um conteúdo da internet? Por um lado, existe um direito individual à privacidade e, por outro lado, existe o direito à informação. Há efetivamente um extenso debate em torno dos caminhos tomados pelas legislações que devem optar entre dar maior peso à proteção da esfera privada (ou seja, direitos fundamentais do indivíduo) ou ao direito à informação (ou seja, interesses de um coletivo escrutinador). De acordo com Abbt (2018), as leis mais recentes estabelecidas pelo Tribunal de Justiça da União Européia, por exemplo, dão maior peso à proteção da esfera privada e do indivíduo. (p. 130).

Constatamos, portanto, que existe uma linha tênue entre o direito ao esquecimento e aquilo a que poderíamos nos referir como um ato de censura. A formulação das regras e legislações sobre longevidade ou remoção de dados da internet certamente exigem pesar as circunstâncias particulares de cada situação específica – e quase sempre há muito espaço para múltiplas interpretações. Abbt (2018) afirma que quem invoca o direito ao esquecimento para encobrir a informação e evitar que os dados se tornem informação significativa está realizando um apelo injustificado e injusto ao direito ao esquecimento. (p. 133). Vemos, portanto, que ter ou invocar o direito ao esquecimento nem sempre é efetivamente algo correto, e, por vezes, podem existir motivações questionáveis e desonestas por trás do apelo.

Longevidade, esquecimento, manutenção, relevância, censura, todos estes itens parecem ter estabelecido relações muito complexas entre si na era do superarquivo. Isso certamente não torna a tarefa de debater a legitimidade de casos de remoção de dados uma tarefa mais fácil. A respeito de tais obstáculos, Abbt (2018) comenta:

> O legítimo direito ao esquecimento encontra aplicação na reintegração de uma pessoa na sociedade quando os dados são transformados em informação

> significativa novamente. O recurso ilegítimo a um direito ao esquecimento ocorre quando os dados são mantidos ocultos como dados, quando os dados deixam de poder se tornar - se puder ser evitado - informação significativa só para que uma reputação não seja prejudicada. (p. 133).

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que os processos de reintegração/reabilitação na sociedade e o direito à informação são partes menores de um todo que é a própria transformação social - e é verdade que mecanismos de censura nada tem a oferecer como benefícios para esse todo.

Um outro aspecto curioso do debate da longevidade dos dados é esta a que chamamos de "memória institucional", ou seja, os arranjos institucionais que funcionam como uma espécie de infraestrutura do curso de vida do indivíduo. A nossa existência cotidiana depende de uma infra-estrutura social que opera em estruturas de papéis institucionais a que nós temos que nos submeter se quisermos participar deles (por exemplo, a possibilidade de ter acesso à saúde pública pressupõe um registo de pagamento de impostos ao um governo central que, por sua vez, pressupõe o registo de uma atividade econômica e de uma determinada contribuição à sociedade). Em face desses registos, deduzimos que também o nosso comportamento é – até certo ponto – documentado por essas instituições e por terceiros, e que essa "memória institucional" traz consequências fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo na sociedade.

Segundo Klemm (2018), a "memória institucional" amplia ou estreita as chances de vida um indivíduo e, à medida que a coleta de dados institucionais por meio da digitalização cresce, torna-se muito importante esclarecer o status da formação da identidade através das estruturas de relevância que são impostas e fornecidas pelos atores institucionais. (p. 181). Em seu texto, Klemm (2018) nos alerta, inclusive, que, a

partir do momento em que levamos em consideração a relação entre a estrutura social e o "desempenho" individual, entramos em um tipo diferente de formação de identidade. (p. 182). Dentro desses novos procedimentos de formação identitária, nota-se que a longevidade dos dados acaba por desempenhar um papel bastante significativo - afinal o indivíduo não tem acesso ou controle sobre esta "memória institucional", e a mesma pode continuar a exercer influência sobre a sua trajetória mesmo depois que já não exista uma relação concreta e relevante entre dados e o indivíduo. Nesse sentido, Klemm (2018) enfatiza que informações pessoais não abrangem quem uma pessoa é de facto. (p. 182).

Memória e esquecimento, e a busca por um equilíbrio entre ambos no superarquivo é algo que se apresenta como um processo iterativo, ou seja, que demanda uma revisão contínua. Dentro desse processo, outras variáveis precisam ser levadas em consideração na tomada de decisões a respeito da longevidade: o componente de tempo e o componente da contextualidade, por exemplo, merecem atenção em qualquer deliberação sobre lembrar e esquecer. É comum que, dentro do superarquivo, como há pouco foi mencionado, nos deparemos com um sistema de arquivo que é não-narrativo e não-linear, que muitas vezes é amorfo e que, portanto, se parece cada vez menos com um arquivo propriamente dito. Tendo em consideração a natureza do superarquivo, tempo e contextualidade parecem ser duas coisas que gradualmente adquirem um novo sentido. O tempo parece ter se tornado uma sequência de assincronias, e a contextualidade é perigosamente substituída por uma ideia de relevância. Se quisermos elaborar um debate justo e coerente acerca da longevidade dos dados, é preciso estabelecer métodos igualmente justos e coerentes para avaliar o tempo e a

contextualidade atribuídos a estes dados. A respeito da contextualidade, por exemplo, Klemm (2018) nos confronta com o seguinte cenário:

> Tomemos a discussão sobre a pobreza para ilustrar esse pensamento [da contextualidade]. Em geral, ser pobre é considerado como viver em uma situação objetiva de miséria. Entretanto, o que a medição estatística da pobreza produz é, na verdade, uma categoria estatística baseada na distribuição social de renda e riqueza. [...] Um indivíduo é pobre não devido às suas condições de vida, mas por ser classificado como pobre. Em outras palavras, a estrutura de relevância (a categoria) "constrói" a população de pobres referenciando dados estatísticos e tomando a perspectiva institucional como sistema de relevância. Se quisermos entender o que significa pobreza em relação a esses dados, não devemos olhar para as condições de vida das pessoas classificadas como pobres, mas para a definição da categoria dentro do quadro institucional da política do mercado de trabalho ou da política de seguridade social. (p. 176).

Desse modo, Klemm (2018) conclui que a prática de lembrar e esquecer devem trabalhar juntos como processos genuinamente construtivos, de maneira a não se basear apenas em dados em si mesmos, mas sobretudo nos quadros de referências que traduzem uma vasta gama de eventos possíveis. (p. 176). O ato de lembrar acontece, portanto, por meio da combinação de informação (dados processados) e de quadros de referência.

> Se levarmos o exemplo [da contextualidade] um passo adiante, poderíamos afirmar que meu programa de telemóvel coletou minha distância caminhando (3.000 passos) ou a rota para o bar no mapa da cidade (indo em

> direção ao centro). Essas informações podem ser de interesse para diversos fins, mas também isolam minha experiência pessoal. Em cada um dos casos mencionados, os dados foram coletados destruindo (e esquecendo) o contexto original da experiência e substituindo-o por um quadro de referência separado do significado original. (Kleem, 2018, p. 176).

A respeito dos mais recentes regulamentos de proteção e longevidade de dados da União Europeia – que buscam, em princípio, ter dados pessoais apagados após o período de sua utilidade administrativa expirar, e considera a pessoa em questão como o verdadeiro proprietário de dados pessoais (com competência para decidir sobre a sua eliminação ou preservação) - Graf (2018), como já foi apontado em capítulos anteriores, deixa bem clara a sua opinião a respeito da atual autonomia informacional, referindo-se à ela como uma ilusão e uma ênfase unilateral e inadequada na liberdade individual (p. 213). Tal ênfase poderia vir a contribuir para a desvalorização da informação, comprometimento da transparência e até mesmo novas formas de assimetria da informação, como foi apontado no Capítulo *5.1 – Assimetria da Informação*.

As questões envolvendo a longevidade dos dados na era do superarquivismo, continuarão em debate mesmo depois que se estabeleça um equilíbrio significativo entre interesse privado e interesse público, entre consumidor e corporações, entre cidadão e instituições, de maneira que são continuamente reexaminadas e repensadas. Por trás dessa preocupação, entretanto, parecemos desviar o olhar para uma certa fantasmagoria do superarquivo: a realidade de que existe uma morte natural dos dados, ou seja, a realidade de que nós, indivíduos, não somos nem imortais nem eternamente relevantes. Nesse sentido, temos uma tendência a pensar a

longevidade dos dados num quadro de referência cujo tempo costuma ser, em média, entre dez e quinze anos – às vezes, ainda que raramente, o período de uma vida. Dentro da cultura digital, aonde nada se perde e tudo se arquiva, deixamos de lado ou simplesmente parecemos ignorar a nossa própria longevidade.

Note, inclusive, que existem diversos tipos de morte que não necessariamente pressupõem uma morte física: a morte digital pode ainda vir em vida e em contextos diversos - quando, por exemplo, deixamos de ser potenciais consumidores. Seja daqui dez, quinze, ou cem anos, qual a relevância dos dados pessoais para alguém que já não consome? Podemos ir ainda mais além: qual a relevância dos dados pessoais para alguém que deixou de exercer sua cidadania? Qual a relevância dos dados pessoais para alguém que simplesmente deixou de ser relevante nas ferramentas de busca? Qual a relevância dos dados pessoais para alguém que não produz e nem consome conteúdo? A verdade é que, apesar de todas as complexidades, o fim da vida digital não acontece efetivamente quando deixamos nosso corpo físico. Trata-se de uma morte assíncrona e irregular, que se dá a partir do momento em que deixamos de ser consumidores, de ser cidadãos, de sermos produtores de conteúdo, de sermos relevantes, de sermos arquivistas.

Lembremos, ainda, que arquivamos não somente para manter viva certa lembrança, mas também para a esquecermos, para a deixarmos para trás com alguma segurança e ausência de culpa. Nesse sentido, a longevidade dos dados parece se deparar com qualquer coisa de absurda - o absurdo de que a morte e o potencial de esquecimento do arquivo emerge de dentro do próprio arquivo. Assim, por mais que se tente esconder, há uma voz que fantasmagoriza *dentro* do arquivo e *contra* o arquivo. Jacques Derrida, em seu *Mal de arquivo: uma impressão*

freudiana, já terá afirmado que “a pulsão do arquivo envolve simultaneamente uma pulsão de destruição e uma pulsão de conservação” (1995, p. 32). Com o superarquivo, afinal, não poderia ser diferente: muito embora essas duas pulsões – a de destruição e a de conservação - operem de maneira mais ambígua e flutuante se comparadas com outros tipos de arquivo, elas jamais serão menos exigentes.

Conclusão:

A era digital representa um salto quântico em termos de redução de custos e aumento da capacidade de armazenamento. As técnicas de backup embutidas, que se tornaram um aspeto de grande parte das novas tecnologias, garantem a sua capacidade de *lembrar* - muito embora essa mesma capacidade também possa impactar a memória e a curadoria da informação negativamente. Uma capacidade de retenção excessiva tende a induzir ao desleixo, à perda de foco, à ansiedade da informação e à redução da qualidade das decisões a serem tomadas. Um tal foco na ampla disponibilidade dos dados falha em apreciar um processo muito mais importante: o de transformar dados em conhecimento significativo. Essa transformação envolve inevitavelmente várias formas de esquecimento. Por essa e outras razões, as nossas tecnologias superarquivistas conduzem frequentemente a vias despropositadas, bem como a uma acelarada perda da nossa capacidade de produzir significado.

Ao longo desta pesquisa, o termo *superarquivo* foi utilizado para designar esta categoria de arquivo que se faz existir no excesso de dados e cuja natureza estimula o excesso de dados. A proliferação de superarquivos na era digital talvez seja algo que vem colaborado para uma relativa diminuição da nossa própria intuição para o ato de

arquivar - em lugar disso, terá criado uma intuição para o ato de acumular. Um tal acúmulo e excesso de dados, por sua vez, já produziu mudanças significativas no raciocínio abstrato da população. Assim como terá havido uma transição do pensamento pré-científico para o pensamento pós-científico, existem vastas evidências desta que seria a transição do pensamento pré-excesso para o pós-excesso.

A maneira como nos relacionamos com os dados (curadoria) tem sempre um impacto significativo na maneira como armazenamos os dados (memória), de modo que curadoria e memória são os pilares que sustentam a cultura da informação e, portanto, nossa cultura de arquivo (ou de superarquivo). Nas últimas décadas, pudemos constatar que problemas tais como a ansiedade da informação, a renúncia ao ato de fazer uma curadoria e até mesmo o *information overload* pressupõem uma falta de equilíbrio e estabilidade desses dois pilares de nossa cultura. Possuir acesso a todos os dados e até mesmo a todos os dados processados não nos torna mais inteligentes - pelo contrário, nossa inteligência talvez se encontre justamente na seleção daquilo que é e do que não é realmente importante.

Quando inserida no contexto da era digital, a questão da natureza do esquecimento ganha um número ainda maior de dimensões. Isso porque não somente usuários têm um problema com o esquecimento, mas também os próprios dispositivos e tecnologias. Nossos dispositivos digitais tendem a favorecer o não-esquecimento, de modo que o não-esquecimento se tornou o padrão na era digital. Este novo padrão, por sua vez, evidencia uma falta de sincronia entre usuário e dispositivo: afinal o homem não é realmente superarquivista, as suas tecnologias é que o são.

Nota-se que as pressões contra uma cultura do esquecimento são diversas: há pressões de natureza comercial, há pressões de natureza política e até mesmo pressões

feitas por nós mesmos. Ser a favor do esquecimento é importante não somente porque outros podem ter acesso ao seu passado, mas também porque pode ser problemático para o próprio indivíduo ter acesso irrestrito ao próprio passado. O esquecimento torna nossa existência suportável à medida que reduz o fardo do nosso passado. Nesse sentido, é importante observar que o indivíduo moderno não vive sua vida digital sempre de forma impulsiva e irrefletida: apenas nunca ou raramente terá tido o direito ou a oportunidade de escolher entre lembrar e esquecer.

Seria muito difícil, entretanto, viver sem as tecnologias superarquivistas, uma vez que elas, como tantas outras, terão se tornado extensões do homem (ou seja, aspetos do pensamento humano). A própria cultura – juntamente com as mídias, tecnologias e linguagens – é também uma extensão da mente humana. Evoluimos de maneira a criar extensões e usar inteligência para estruturar nosso ambiente para que possamos ter sucesso com menos inteligência. Nossos cérebros tornam o mundo inteligente para que nós possamos ser ineptos sem nos preocupar. O melhor de extensões como o superarquivo é, sobretudo, o que é incorporado ao usuário, não tanto o que é de facto utilizado.

Para além do indivíduo, o impacto e as contradições produzidas pelas tecnologias superarquivistas também se estendem para a sociedade. Escolher entre armazenar ou deletar informação, por exemplo, é algo que certamente está ligado à transparência e ao bom funcionamento da mesma. Devido a sua natureza complexa, assíncrona, fragmentada e imprevisível, é difícil evitar que o fluxo de informação no superarquivo não esteja sempre a ferir alguns e a favorecer outros componentes de nossa sociedade. Torna-se, portanto, uma tarefa muito árdua resolver as questões de esquecimento, deleção e emponderamento do invíduo na era do superarquivismo sem

oportunizar problemas de transparência dentro da sociedade: sejam eles assimetrias da informação, exploração sistemática de dados pessoais ou mesmo violação da privacidade.

É verdade que as novas políticas de regulamentação tendem a favor do indivíduo e do interesse privado nesse contexto. No entanto, alguns pesquisadores sublinham que uma ênfase desproporcional no indivíduo desprestigia a ideia de *contrato social* existente entre cidadão e Estado, em que ambas as partes necessitam uma da outra e, portanto, buscam equilibrar seus serviços e obrigações. Esse desequilíbrio pode criar obstruções descabidas e impedir que o Estado desempenhe suas funções de pesquisa e gerenciamento da informação que têm por objetivo o progresso de nossa sociedade. Para além disso, quando se trata de uma política de remoção de dados com ênfase no interesse privado é preciso chamar a atenção para o facto de que o limite entre "direito ao esquecimento" e aquilo que podemos identificar como "censura" é facilmente posto em causa.

Constata-se que o acúmulo de "dossiês digitais personalizados" que vem motivado este e outros debates se apresenta, em realidade, como um subproduto da nossa cultura. O engajamento cotidiano com a cultura popular, facilitada pelas transformações tecnológicas e culturais, seriam as responsáveis pelo acúmulo deste vasto conjunto de dados (a exemplo de tecnologias superarquivistas como as redes sociais e as ferramentas de busca online). Quanto mais comportamento pode ser produzido e reproduzido eletronicamente, mais coisas podem ser mensuradas com mais precisão. Esse tipo de exploração dos dados pessoais favorece um tipo de economia da informação que atende às necessidades de consumo ao passo que ela própria fabrica estas necessidades. Enquanto isso, o indivíduo parece estar preso em uma espécie de

loop consumista, muitas vezes sem consciência das extensões ou da gravidade do problema. Ao fazer com que a "colheita" dos dados prevaleça muito mais na esfera cultural, os mecanismos desta economia da informação que se apoiam na exploração dos dados pessoais se tornam gradualmente invisíveis aos olhos dos usuários.

Dentro da esfera cultural, parece existir, inclusive, uma relação cada vez mais manifesta entre arquivo e relevância. O superarquivo apresenta-se como um sistema de arquivo não-narrativo e não-linear que altera sistematicamente a relevância dos dados recolhidos a depender da situação. Concluimos que o ato de deletar e de armazenar podem ser confundidos com o simples ato de eliminar/criar conexões dentro do superarquivo, ou seja, de dar ou não ênfase à determinado conjunto de dados. Embora a prática de lembrar e esquecer (dar ou não relevância) se apresentem como ambíguas e contraintuitivas, elas devem trabalhar juntas como processos efetivamente construtivos, de maneira a não se basear sempre nos dados em si mesmos, mas sobretudo em quadros de referência que traduzam uma vasta gama de eventos possíveis. Só assim podemos estabelecer um maior senso de coerência e legitimidade para que, posteriormente, possamos criar critérios justos de seleção.

Através das evidências apresentadas ao longo da pesquisa, concluo, portanto, que o superarquivo e a resultante cultura de superarquivo exercem ampla influência em nosso relacionamento com a memória, bem como na definição das estratégias de curadoria escolhidas para arquivar e para fazer uma curadoria do grande volume de dados por nós produzidos na era digital. Constata-se que o ato de arquivar é muito mais performático do que aparenta, que resulta de uma interação complexa entre dados, tecnologia e cultura, e que o arquivamento digital permanecerá para sempre um trabalho eternamente contestado ao invés de uma ortodoxia firmemente estabelecida. Ser um

arquivista na era do superarquivo é, portanto, uma tarefa que demanda estabelecer um equilíbrio entre inovação tecnológica e autocrítica para que se possa auferir uma redução na fricção produzida pelos aspetos mais contraditórios e exigentes de tais tecnologias.

Referências Bibliográficas:

Abbt, Christine. (2018). Forgetting: In a Digital Glasshouse. P, Casanovas & G, Sartor (Eds.) (pp. 124-134). Switzerland: Springer International Publishing AG

Baddeley, Allan D. (2004). The Psychology of the Memory. (pp. 01-13). United States: John Wiley & Sons, Ltd.

Beer, David & Burrows, Roger. (2013). Popular Culture, Digital Archives and the New Social Life of Data. New York: SAGE Publishing.

Benesch, Christine. (2018). A Political Economic Analysis of Transparency in a Digital World. P, Casanovas & G, Sartor (Eds.) (pp. 161-168). Switzerland: Springer International Publishing AG.

Berners-Lee, Tim. (1990). Information Management: A Proposal. Retirado de: https://cds.cern.ch/record/1405411/files/ARCH-WWW-4-010.pdf

Biggs, M. (1989). Information overload and information seekers: What we know about them what to do about them. Reference Librarian, 25/26, pp. 411-429.

Brandt, Karen R. (2016) Directed Forgetting. S, Groes (Ed.). (pp. 263-267). United Kingdom: Palgrave Macmillan

Borges, Jorge Luis. (1944). Ficções. São Paulo: Companhia das Letras.

Buckert, Herbert & Gasser, Urs & Hettich, Peter & Thouvenin, Florent. (2018). Remembering and Forgetting in the Digital Age. Switzerland: Springer International Publishing AG

Burns, Kathryn. (2010). Into the Archive: Writing and Power in Colonial Peru. Durham, NC.

Bush, Vannevar. (1945, July). As we May Think. The Atlantic. Retirado de: https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/

Clark, Andy. (1993). Associative engines: connectionism, concepts and representational change. Cambridge: MIT Press.

Clark, Andy. (1997). Being There: Putting Brain, Body and World Together Again. Cambridge: The MIT Press.

Referências Bibliográficas:

Clark, Andy & Chalmers, David. (1998). The Extended mind. (pp. 7-19). Oxford: Oxford University Press, Inc.

Clark, Andy. (2003). Natural-Born Cyborgs. Oxford: Oxford University Press, Inc.

Conhaim, W. (2001). Review of Information Anxiety 2 [Review of the book Information Anxiety 2, by R. S. Wurman]. (pp. 11-12). Link-Up

Dean, J. (2015). A personal experience with information anxiety/overload. Verdict. Retirado de: https://verdict.justia.com/2015/02/20/personal-experienceinformation-anxietyoverload

Derakshan, Nazanin & Michael W. Eysenck. (1997): Interpretive Biases for One's Own Behavior and Physiology in High Trait Anxious Individuals and Repressors. (pp. 816–825). United States: Journal of Personality and Social Psychology.

Derrida, Jacques. (1995). Mal de Arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Easa, Khalid M. (2019). Marshall McLuhan's Understanding Media: The Extensions of Man (An Analysis of How the Medium is the Message Challenges Conventional Thought About Mans Relationships with Technology). Retirado de: https://tinyurl.com/mavas7p3

Foucault, Michel. (1969). O A Priori Histórico e o Arquivo. (pp. 145-151). Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Graf, Christoph. (2018). Remembering Prevails Over Forgetting: Archiving of Personal Data in the Analog and in the Digital Age. P, Casanovas & G, Sartor (Eds.) (pp. 208-215). Switzerland: Springer International Publishing AG

Girard, John. (2008). Information Anxiety: Fact, Fable or Fallacy. (pp. 111–124) United States: The Electronic Journal of Knowledge Management.

Groes, Sebastian. (2016). Memory in the Digital Age. S, Groes (Ed.). Introduction to Part II (pp. 78-87). United Kingdom: Palgrave Macmillan

Gross, Bertram M. (1964) The Managing of Organizations. New York: Free Press.

Hartog, Paul A. (2017). A Generation of Information Anxiety: Refinements and Recommendations. Retirado de: http://digitalcommons.georgefox.edu/tcl/vol60/iss1/8

Heylighen, Francis. (2002). Complexity and Information Overload in Society: why increasing efficiency leads to decreasing control. Retirado de: https://tinyurl.com/s2jt2epb

Jung, C. G. (1928) Contributions to Analytical Psychology. New York: Harcourt, Brace, p. 173.

Klemm, Mathias. (2018). Digitalization and Social Identity Formation. P, Casanovas & G, Sartor (Eds.) (pp. 169-187). Switzerland: Springer International Publishing AG

Klimberg, Torkel. (2008). The Overflowing Brain. Retirado de: https://tinyurl.com/16di1s06

Lagerkvist, Amanda. (2013). New Memory Cultures and Death: Existential Security in the Digital Memory Ecology. Stockholm: Suomalaisen Kuolemantutkimuksen Seura Ry. Retirado de: https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1296608/FULLTEXT01.pdf

Levitin, Daniel J. (2016). The Organized Mind. Retirado de: https://tinyurl.com/y3wd96ak

Markham, Anette. (1998). Life Online: Researching Real Experience in Virtual Space. Washington: Altamira Press.

Mayer-Schöenberger, Viktor. (2011). Why We Must Remember to Delete – and Forget – in the Digital Age. Retirado de: https://www.theguardian.com/technology/2011/jun/30/remember-delete-forget-digital-age

Mayer-Schönberger, Viktor. (2018). Remembering (to) Delete: Forgetting Beyond
Informational Privacy. P, Casanovas & G, Sartor (Eds.) (pp. 118-123). Switzerland: Springer International Publishing AG

McCarthy, M. J. (1991). Mastering the information age. Los Angeles: Tarcher.

Mcluhan, Marshall. (1964). Understanding Media: The Extensions of Man. Retirado de: https://tinyurl.com/yu7w4kzj

Miller, George A. (1950). The Magical Number Seven, Plus or Minus Two Some Limits on Our Capacity for Processing Information. Retirado de: https://tinyurl.com/5ahce3e6

Moncur, Wendy (2016). Living Digitally. S, Groes (Ed.). (pp. 108-112). United Kingdom: Palgrave Macmillan
Shenk, D. (1997). Data smog. New York: Harper Collins.

Pitsillides, Stacey. (2016). Death and Memory in the 21st Century. S, Groes (Ed.). (pp.
113-118). United Kingdom: Palgrave Macmillan

Schelker, Mark. (2018). On the Economics of Remembering and Forgetting in the Digital
Age.. P, Casanovas & G, Sartor (Eds.) (pp. 148-160) Switzerland: Springer International Publishing AG

Schenk, David. (2016). What is the Flynn Effect, and how does it change our understanding of IQ?. Retirado de: https://tinyurl.com/2wjzodvw

Sutton, John & Harris, Celia B & Keil, Paul G. & Barnier, Amanda J. (2010). The Psychology of Memory, Extended Cognition, and Socially Distributed Remembering. Retirado de: https://tinyurl.com/2ubtfkcy

Walsham, Alexandra. (2016). The Social History of The Archive: record-keeping in early modern Europe. Retirado de: https://academic.oup.com/past/article/230/suppl_11/9/2884268

Wurman, R. S. (1989a). Information anxiety. New York: Doubleday.

Wurman, R. S. (1989b). Information overload: What to do when anxiety cripples you. LA Times. Retirado de: http://articles.latimes.com/1989-01-22/magazine/tm-1044_1_information-anxiety